



Desafios éticos do Jornalismo Português no contexto da pandemia do Covid-19

Versão final após defesa

Cátia Andreia Lopes Matias

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Jornalismo
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alexandre M. Pereira Figueiredo
Co-orientadora: Prof^a. Doutor^a Anabela Maria Gradim Alves

Dezembro de 2024

Declaração de Integridade

Eu, Cátia Andreia Lopes Matias, que abaixo assino, estudante com número de inscrição M11246 do Mestrado de Jornalismo da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridade da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude, e que aqui declaro conhecer, e que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assim assumo na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 03 de dezembro de 2024,

Agradecimentos

Gostaria que a realização deste mestrado tivesse sido um pouco mais fácil e leve, porém as agruras da vida e as circunstâncias especiais de pandemia abrandaram o ritmo e o que poderia ter sido feito em menos tempo acabou por levar mais. No entanto, sinto-me grata por estar a chegar ao final da etapa e por tanto que aprendi e por tantas pessoas com quem privei.

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu padrasto que me incentivaram de todas as maneiras possíveis e ao meu filho que, apesar de não compreender o que a mãe estava a fazer na Universidade, encheu os meus dias de cor e encorajamento.

Agradeço ao Marc, meu eterno namorado, que tanto me incentivou a fazer isto, acreditou em mim e me ajudou no processo.

Agradeço à Fátima Santos. Tê-la conhecido na minha primeira turma, trouxe-me alento e conhecimento. Sem ela, este caminho teria sido mais árduo.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Alexandre M. Pereira Figueiredo pelas conversas úteis e desafiadoras. Não tenho noção do quanto se sentiu frustrado pela minha dificuldade e pela falta de experiência neste modo de escrever de forma académica. Mas, as suas orientações foram cruciais.

Obrigada à Professora Doutora Anabela Gradim pela co-orientação e disponibilidade.

E um especial obrigada ao Professor Doutor Ricardo Carvalheiro, diretor de curso, que esteve sempre disponível para esclarecer as minhas dúvidas.

Resumo

A pandemia de Covid-19 transformou profundamente o quotidiano das populações, resultando em sérias consequências, como a sobrecarga dos sistemas de saúde e um elevado número de mortes. Nos primeiros meses, o desconhecimento sobre o vírus dificultou a resposta imediata das organizações de saúde, incluindo a OMS e as autoridades nacionais. Medidas como confinamentos prolongados e o teletrabalho tornaram-se comuns, enquanto escolas e espaços de lazer foram fechados para conter a propagação do vírus. Nesse contexto, a necessidade de informações fidedignas tornou-se crucial para garantir a eficácia das medidas governamentais e para controlar o avanço da doença.

Assim sendo, os jornalistas desempenharam um papel fundamental como agentes mediadores entre os governos, as autoridades de saúde e o público em geral. No entanto, o seu trabalho também foi afetado pelas restrições, com muitos profissionais a adaptar-se ao teletrabalho e a recorrer à tecnologia para contactar as fontes. O aumento da procura por informações acelerou o ritmo das notícias, exigindo um esforço redobrado.

Este estudo reflete sobre os desafios éticos enfrentados pelo jornalismo durante a pandemia, com base em entrevistas realizadas a jornalistas de imprensa. As entrevistas revelaram uma maior dependência de fontes oficiais, ao invés de fontes secundárias, para garantir a precisão das informações e um reforço no processo de verificação, em resposta à proliferação de notícias falsas. Existiu, também, a preocupação de evitar exposição de pessoas enlutadas, dando preferência a histórias de recuperação.

A investigação conclui que, no contexto português, o Sindicato dos Jornalistas desempenhou um papel ativo ao alertar os profissionais para a importância de uma conduta ética rigorosa na cobertura da pandemia. Não foram registados casos graves de falhas ou erros significativos. Pelo contrário, os jornalistas adaptaram-se às novas formas de fazer jornalismo num ambiente de confinamento, respeitando o código deontológico e mantendo o compromisso de transmitir informações precisas e de confiança ao público.

Palavras-chave

Jornalismo; Covid-19; Ética, Teletrabalho; Confinamento.

Abstract

The Covid-19 pandemic has profoundly transformed people's daily lives, resulting in serious consequences such as the overloading of health systems and a high number of deaths. In the first few months, the lack of knowledge about the virus made it difficult for health organisations, the WHO and national authorities, to respond immediately. Measures such as prolonged lockdowns and teleworking became common, while schools and leisure spaces were closed to contain the spread of the virus. In this context, the need for reliable information has become crucial to ensure the effectiveness of government measures and to control the spread of the disease.

Therefore, journalists have played a key role as intermediaries between governments, health authorities and the public. But their work has also been affected by the restrictions, with many professionals adapting to teleworking and using technology to contact sources. The increased demand for information has accelerated the pace of news, requiring an extra effort.

This study reflects on the ethical challenges faced by journalism during the pandemic, based on interviews conducted with press journalists. The interviews revealed a greater reliance on official sources, rather than secondary sources, to ensure the accuracy of information and a strengthening of the verification process in response to the proliferation of fake news. There was also a concern to avoid exposing bereaved people, favouring stories of recovery.

The research concludes that in the Portuguese context, the Journalists' Union played an active role in alerting professionals to the importance of rigorous ethical conduct when covering the pandemic. There were no serious cases of failure or significant errors. On the contrary, journalists have adapted to the new ways of doing journalism in a confined environment, respecting the Code of Ethics and maintaining their commitment to transmitting accurate and reliable information to the public.

Keywords

Journalism; Covid-19; Ethics; Teleworking; Lockdown.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1	5
Enquadramento histórico-conceitual da ética	5
1.1 Ética na Comunicação Social.....	12
1.2 Principais desafios éticos do jornalismo	16
1.2.1 O poder político	16
1.2.2 Desafios económicos	17
1.2.3 Objetividade e verdade.....	18
1.2.4 O interesse público e a privacidade.....	18
1.2.5 Fontes	20
1.3 Códigos deontológicos	22
1.3.1 Código deontológico português	24
Capítulo 2.....	28
Caracterização do contexto da PandemiaCovid-19	28
2.1 O jornalista e a saúde.....	28
2.2 A pandemia: contexto português.....	30
2.3 Jornalismo em tempo de pandemia	33
2.3.1 Alterações na rotina do jornalista	35
2.3.1 Questões éticas no período de pandemia	40
Capítulo 3.....	42
Metodologia	42
3.1. Problemática, objetivos e hipóteses:	42
3.2.Guião das questões.....	43
3.3.Origens das entrevistas.....	44
Capítulo 4.....	46
Estudo empírico.....	46
4.1. Enquadramento de dados.....	47
4.2.Análise qualitativa e quantitativa de cada questão	48
4.3.Conclusões das entrevistas	54
Conclusão.....	57
Referências Bibliográficas.....	62
Apêndices	64
Anexos.....	85
ANEXO 1	85
ANEXO 2.....	87

Lista de Figuras

Figura 1 - Gráfico sobre a evolução das pesquisas de palavras no período de pandemia em Portugal (elaborado a partir dos dados do google trends)..... 47

Figura 2 - Gráfico da evolução da pesquisa dos portugueses no google da palavra “Covid” (resultados do google trends) 48

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de ocorrências das palavras mais utilizadas pelos jornalistas entrevistados	50
---	----

Lista de Acrónimos

BBC	British Broadcasting Corporation
CCPJ	Comissão da Carteira Profissional de Jornalista
CTT	Correios, Telégrafos e Telefones
DEE	Declaração de Estado de Emergência
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FBI	Federal Bureau of Investigation
GNR	Guarda Nacional Republicana
JN	Jornal de Notícias
OMS	Organização Mundial de Saúde
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TV	Televisão
TVI	Televisão Independente
UBI	Universidade da Beira Interior
UE	União Europeia

Introdução

Não foi há muito tempo que o surgimento de um vírus global chamado Covid-19 ou coronavírus veio alterar muitas coisas nas nossas vidas e rotinas. Foi exatamente durante esse período, no clímax do mesmo, ainda em regime de aulas não presenciais, que iniciei o meu Mestrado em Jornalismo. Nesse momento, em plena pandemia, com tanto a acontecer ao mesmo tempo e em tantos lugares surgiram algumas questões sobre como o trabalho jornalístico se estava a praticar diante de um ambiente frenético de notícias, como se desenrolava e que desafios encontrava.

A temática desta investigação relaciona-se com a ética jornalística durante a pandemia de Covid-19 para que consigamos responder à questão sobre quais os desafios que se levantaram durante o período em causa e como os profissionais de comunicação lidaram com eles.

No que aos objetivos diz respeito, estes consistem em tentar compreender como as rotinas mudaram e, por consequência, influenciaram o trabalho dos jornalistas; aferir comportamentos adotados face à velocidade da informação e constante apelo do público; averiguar como os profissionais lidaram com a informação em constante mudança, dados incertos, fontes enlutadas; perceber como as informações falsas influenciaram o seu trabalho. As hipóteses relacionam-se com estes objetivos e remetem-nos para o tratamento cuidadoso do tema, a utilização de fontes oficiais, a verificação constante de informação falsa, a probabilidade de semear pânico e alarmismo.

Para isso, foi desenvolvido um primeiro capítulo com um enquadramento histórico-conceptual que nos permite distinguir ética de moral, sendo o primeiro termo de origem grega e o segundo de origem latina. O primeiro refere-se à disciplina e o segundo às normas. E das ideias que os dois transmitem, nasce a deontologia que procura uma reflexão ética sobre os relacionamentos humanos.

Platão, Aristóteles, Kant são alguns dos pensadores que se debruçaram sobre esta problemática e que serviram de base à investigação que empreendemos e cujo legado em muito contribuiu para aquilo que entendemos hoje por ética. As suas ideias de bem, felicidade humana e até mesmo dever e responsabilidade constituem palavras-chave neste estudo. Com o passar dos anos e o surgimento de guerras, movimentos de pensamento e arte, novos desafios surgem que conduzem a novas formas de pensar a ética e também de aplicá-la às profissões.

Com a evolução do pensamento democrático, também o jornalista vê o seu trabalho reconhecido e sindicado através de códigos deontológicos e regras de boas práticas. Em Portugal, a própria Constituição da República Portuguesa assegura a proteção do trabalho dos profissionais da comunicação social e instituições como a Entidade Reguladora para a Comunicação Social e o Sindicato dos Jornalistas regulam o trabalho jornalístico. Foi este último que criou o Código Deontológico Português que hoje conta com 11 pontos e que teve a sua última aprovação em 2017.

Ainda assim, o profissional de comunicação encontra muitas vezes desafios, principalmente no poder político; economia e formas de sobrevivência; objetividade; interesse público e privacidade e nas fontes que podem não ser objetivas ou credíveis.

Num segundo capítulo, foi elaborada uma caracterização do período de pandemia, a fim de contextualizarmos o ambiente e descrevermos a situação. A pandemia chegou a Portugal em março de 2020 e foi nesse mesmo mês que foi decretado o primeiro confinamento. Muitos trabalharam a partir de casa e a palavra de ordem era mesmo o isolamento. Pretendia-se o pouco contacto entre as pessoas para que o vírus não se propagasse tão rapidamente. O clima era de receio, morte, doença e precariedade.

Os jornalistas não ficaram imunes a tais constrangimentos e também eles foram para casa trabalhar, na maioria dos casos, apesar de terem autorização para circular em prol do seu trabalho. Tudo isto trouxe muitas mudanças. Foram utilizadas novas ferramentas de trabalho, a conferência à distância tornou-se um hábito, até mesmo em televisão. As fontes não estavam facilmente contactáveis e o acesso era bem mais restrito; as informações surgiam muito rapidamente e as notícias falsas disseminavam-se facilmente.

Todas estas situações levantaram questões éticas que se impuseram: como contornar restrições de acesso às fontes? Como compreender o discurso científico? Como noticiar sem explorar a vulnerabilidade de vítimas e famílias? Também a correção constante de informação e a privacidade.

Nestes dois primeiros capítulos recorreremos, então, à revisão de literatura para contextualizar e enquadrar o tema da ética e também do jornalismo em tempos de pandemia e num terceiro capítulo foi explicada a metodologia adotada: entrevistas realizadas a jornalistas e diretores de jornais, de diferentes pontos do país.

São jornalistas de imprensa, já que o método de trabalho é semelhante e permite-nos compreender as dificuldades que sentiram e como as ultrapassaram. Foram colocadas questões de forma a compreender, esclarecer e refletir sobre os casos práticos e a relevância das experiências.

No quarto capítulo, analisámos as respostas. Verificámos, em primeiro lugar, que o período de pandemia foi, sem dúvida, um tempo de muita procura de informação. Os jornais alcançaram audiências muito elevadas, venderam muito e isso traduz a necessidade de trabalhar bem rapidamente se desejavam ter a confiança do público.

Diante dos desafios de confinamento, restrições, acesso a fontes, qualidade de informação em pouco tempo, verificação de factos, sensacionalismo, alarmismo, oito jornalistas de imprensa falaram sobre as suas responsabilidades, escolhas, histórias e desafios éticos e refletiram, ainda, sobre as lições que podem ser retiradas de um período como este.

Este trabalho pretende, acima de tudo, perceber como tragédias como uma pandemia podem transformar o jornalismo pois, dada a duração do acontecimento, as práticas jornalísticas certamente mudaram e foram reconfiguradas. Algumas coisas vieram para ficar. E os jornalistas tiveram de resolver algumas questões éticas de forma a fazer frente ao momento e conseguir exercer a profissão dignamente de modo a contribuir para uma transmissão de factos clara e capaz de contribuir para a mudança de comportamentos e para a luta da remissão da doença, que era o objetivo de todos.

Capítulo 1

Enquadramento histórico-conceptual da ética

Ao longo do tempo, o ser humano procura respostas para questões difíceis, mas com o propósito simples de alcançar a felicidade. O debate não é de hoje. Filósofos e pensadores tentaram compreender a vida e criaram teorias sobre os relacionamentos humanos a vários níveis. Viver em sociedade e interagir com o outro produz dor e sofrimento inerentes aos relacionamentos e são necessárias regras que possam guiar a nossa conduta.

Importa advertir que após a descoberta do “outro”, agir já não é mais uma atividade meramente espontânea, natural, biológica, mas sim uma atuação de natureza axiológica (...) com efeito é na e pela intersubjetividade que (...) ocorre e se explicita a dimensão ética do ser humano, na medida em que a vontade de cada ser humano, após prévia reflexão em torno das possibilidades, dos motivos, valores, fins e das consequências de agir neste ou naquele sentido, se confronta forçosamente com o que significa decidir e agir corretamente. (de Araújo, 2005, p.11)

Saber agir em determinadas situações envolve alguma reflexão para distinguir o bem do mal e sobre os deveres de cada um. É isso que a ética faz. A palavra deriva do grego, língua em que começou a ser pensada. “*Ethos*” é o vocábulo grego que significa um hábito, um comportamento ou até mesmo um modo de conduta. Ela é uma ciência dos costumes, cujas normas são aceites numa determinada sociedade. Costumes e caráter são os objetos da ética.

Já do latim surge o termo “*mores*”, que significa costumes para traduzir o vocábulo grego referente à ética que dá origem ao termo “moral”. “Enquanto na linguagem corrente, os termos ética e moral são muitas vezes utilizados de maneira indistinta, praticamente como sinónimos, na linguagem do discurso ético estes termos adquirem significados mais precisos. “Ética é usada para designar a disciplina (...) “moral” é utilizado para designar as normas morais que um grupo humano dá espontaneamente a si próprio” (Santos, 2012, p.15). A deontologia foca-se na incidência da reflexão ética na relação do sujeito com outrem, na interação, em particular no problema da violência entre pessoas. Centra-se na “moralidade”, limitando-se a regulamentar as relações interpessoais.

Na verdade, vários foram os pensadores que ao longo do tempo se dedicaram a refletir, escrever e influenciar o que colocamos hoje em prática no que diz respeito à ética, moral e deontologia. É nesta base de entendermos o pensamento de hoje que estudaremos alguns pensadores que se destacaram pela influência que tiveram sobre o seu e o nosso tempo.

A História caracteriza-se por vários períodos de desafios diferentes ao nível social e económico e isso fez com que a ética e a moral fossem pensadas e debatidas de acordo com esses desafios. Cada etapa que a Civilização Ocidental foi vivendo que inclui guerras e revoluções de pensamento, movimentos religiosos e conquistas e reconquistas necessitou desta perceção de comportamento diante das situações (Changeux, 1996).

Assim sendo, os filósofos gregos, um pouco mais afastados do místico e do sagrado, começaram a refletir sobre o tema de forma mais racional. Antes deles, os Egípcios e Hebreus tinham as suas linhas orientadoras de conduta, mas sem qualquer reflexão.

É, então, entre os séculos V e VI a.C., com o surgimento da filosofia como a sabedoria para uma vida que segue em busca de felicidade, que surgem algumas posições e contributos importantes para o debate que surgiria mais tarde entre outros pensadores noutros lugares e noutras sociedades.

A ética, como saber, nasce exatamente com a reflexão filosófica grega, porque consiste numa filosofia moral (...) a ética é uma dimensão da filosofia que se ocupa do facto da existência moral. (...) Portanto, a ética como reflexão filosófica, tem por objeto o fenómeno da moralidade que, desde a antiguidade, faz indelutavelmente parte da vida dos homens. (Cortina, 1997, pp. 11-12)

De Araújo (2005) explica-nos que Platão segue uma busca pela ideia do bem, pelo ideal moral que se identifica com a virtude. A ideia sobre conhecimento, alma e justiça influencia esta visão. O filósofo acreditava que uma vida justa e, ao mesmo tempo, ética aconteceria se existisse uma busca pelo bem e pela perfeição.

(...) é necessário um fundamento sólido para o comportamento ético, dado que alicerçando-se na virtude, importa que esta não seja um mero resultado das opiniões (...) o Bem é algo de absoluto e objetivo, somente inteligível por alguns indivíduos excepcionalmente capazes para esse superior conhecimento e serão de quem poderá governar. (de Araújo, 2005, p. 55)

Em *A República* Platão exprime esta ideia de bem como ideia principal e fundamental para agir moralmente. Ao dividir a alma em razão, espírito e desejo, afirma que a ação dos três de forma adequada desenvolve a ideia de justiça com rumo à felicidade humana. Um convite um pouco utópico, mas que inspirou as ideias de Aristóteles (de Araújo, 2005).

Aristóteles é autor dos primeiros tratados sistemáticos de ética e recupera a ideia do papel da felicidade humana desenvolvido por Platão. Para ele, a sabedoria prática que resulta da atividade humana é necessária para as nossas decisões mais difíceis.

O ser humano precisa assumir um estilo de vida que lhe proporcione essa felicidade.

Aristóteles entende que a dimensão ética do ser humano consiste em assumir um estilo de vida capaz de propiciar a felicidade (...) depende de certas virtudes, entre as quais avulta a prudência, apresentada como verdadeira sabedoria prática, (...) a magnanimidade (...) como a coragem, o domínio de si e a justiça. (Araújo, 2005, p. 57)

No entanto, segundo de Araújo (2005), Aristóteles, que considera o ser humano como um animal político, não separa a ética da política, pois “só uma sociedade justa possibilitará uma vida feliz para os seres humanos” (p. 57).

Resumindo, para Aristóteles, os princípios da vida ética são desenvolvidos em sociedade, em contacto com a comunidade e a política é a extensão do conceito de ética. O desenvolvimento de um carácter virtuoso aliado à participação na vida social são as condições para um ideal de plenitude da vida humana.

A pouco e pouco, a fé cristã expande-se e também ela acabará por influenciar o mundo ocidental e contribuir para a forma como hoje praticamos e pensamos a ética. A religião e tradição reconstruíram as ideias de Jesus Cristo. Estas inspiraram-se nas chamadas epístolas paulinas. Trata-se de cartas que o Apóstolo Paulo enviou às várias igrejas para definir certos princípios e criar os alicerces da caminhada cristã: os deveres e a sabedoria em forma prática. Santo Agostinho, não tendo escrito qualquer tratado de ética, abriu o caminho para a reflexão sobre como é viver uma vida feliz, sempre manifestada na sabedoria de Jesus. Abordou o bem e o mal de uma perspectiva religiosa, sendo o mal aquilo que se opõe a Deus (de Araújo, 2005).

Para os filósofos e teólogos medievais, a felicidade plena só pode ser encontrada numa união entre o ser humano e Deus. Nessa perspectiva, os valores que o ser humano ostenta vêm do Alto e o homem moral é somente aquele que ama e teme a Deus.

Depois de Santo Agostinho, sucedem-se séculos sem qualquer inovação no âmbito do pensamento moral. (...) a partir do século XIII nascem as primeiras universidades europeias onde se desenvolvem estudos sobretudo de teologia moral, mas é também a época em que o Tratado de Aristóteles se torna acessível em latim iniciando uma influência muito positiva para o estudo da problemática ética. (de Araújo, 2005, p. 62)

E chegamos ao período Renascentista, que traz uma valorização do ser humano. É uma fase de grande transformação cultural, social, científica e até filosófica. Foi o tempo dos Descobrimentos, reforma religiosa, inovações científicas, entre elas, a prensa tipográfica que disseminou o conhecimento para muitos mais e a aceleração da alfabetização. Pensadores ousaram apresentar ideias novas, mas baseadas na cultura greco-romana que acreditavam ter uma dose de grande sabedoria.

Algumas expressões como cidadania, direitos e igualdade ganham uma dimensão maior na sociedade, como é o caso da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão proclamada após a Revolução Francesa em 1789.

Verifica-se então o surgimento de duas tendências diferentes, “porque neles se anunciam dois significativos e opostos fundamentos da ética: a ideia de felicidade e a ideia de liberdade racional” (de Araújo, 2005, p. 64). Com isto, surgem autores importantes como Hobbes, Hume, Rousseau, Kant que apontam para a Modernidade. E é neste último que vamos encontrar um culminar de algumas destas ideias e uma contribuição verdadeiramente importante para entender a ética. A moral passou a ser vista de um ponto de vista laico e não religioso.

Kant revolucionou a Filosofia e também o pensamento sobre a ética. A questão “Que devo fazer?” constitui a base do seu raciocínio. Tem uma influência enorme no movimento racionalista ao observar a lei moral como vontade do Homem, um ser livre e autodeterminado. No seu livro *Fundamentação Metafísica dos Costumes* (1995), expõe os fundamentos da moralidade e faz a sua crítica.

A boa vontade está dependente do dever. Agir de forma moral é agir por dever. Este dever é uma necessidade interna de realizar algo para respeitar a lei moral. O homem fica livre das determinações a que está sujeito e o dever vai limitar os seus desejos e obrigar as leis morais da razão (Kant, 1995).

Segundo Kant, a lei moral é algo absoluto, não pode estabelecer condições. “Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios” (Kant, 1995, pp. 48-49). A lei moral nasce da própria razão. Não é imposta, mas vem no interior do homem como ser inteligente que é. Não existe empirismo nisto. É algo puro e a validade é universal.

A teoria apresentada pelo filósofo distingue os imperativos hipotéticos dos imperativos categóricos. Os primeiros são ações como meio para alcançar um fim e os segundos pressupõem uma ação boa que deve ser seguida por todos os seres racionais (Kant, 1995).

Para Kant, agir deve ser visto como um fim e não apenas num meio. Deve agir-se sem interesses pois a verdadeira virtude está em praticar o bem por dever. E esse agir deve seguir uma máxima que possa vir a transformar-se numa lei universal, ou seja, precisa tornar-se uma regra para todas as pessoas. Encontramos o princípio da universalidade, mas também o da autonomia. Um sujeito pode obedecer às próprias regras que criou, mas também aplicá-las a outras pessoas. Nós somos, portanto, os próprios legisladores (Kant, 1995). Agindo desta forma, as pessoas não só cumprem deveres como respeitam-se a si mesmos e aos outros. Os seres racionais são a finalidade da sua ação e não os meios para atingir determinadas ações.

O projeto ético de Kant inicia-se considerando que a razão não se limita ao conhecimento da realidade, dado que também se preocupa em pensar como deve ser o agir humano. Neste último sentido, a razão não está interessada em conhecer os motivos que determinam psicologicamente a conduta, isto é, não se ocupa de sentimentos e desejos, antes visa refletir sobre os princípios que determinam as ações humanas para que o comportamento seja racional e, portanto, moral. (de Araújo, 2005, p. 65)

O século XIX foi um período conturbado e de várias ruturas que conduziram a uma renovação das ideias filosóficas, políticas e sociais. A revolução industrial trouxe consigo um triunfo do racionalismo humanista e científico. Por esta altura a reflexão ética concentrava-se em torno do grande problema que era a injustiça da classe proletária e a

apresentação de soluções para este problema. Nomes como Karl Marx e Nietzsche surgem como pensadores que entenderam a ética como “um protesto contra todas as servidões, uma empresa intelectual demolidora das ideologias escravizantes que mutilam a civilização ocidental e o próprio sentido da vida” (de Araújo, 2005, p. 71).

Não sendo intenção deste trabalho, em específico, aprofundar todos os autores, seguimos para o século XX, quando, logo após a Segunda Guerra Mundial, foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Aqui importa falar de Ricoeur, referenciado por Pinto (2012), que viveu os principais acontecimentos do século e que nos deixa um legado importante para compreender a ética e como a mesma pode ser pensada e aplicada às diversas profissões, como o jornalismo. A sua abordagem enfatiza a importância do cuidado.

Ricoeur faz a distinção entre ética e moral, ainda que no fundo nem ache necessário já que a primeira tem a sua etimologia no grego e a segunda no latim. Ambas podem representar costumes e hábitos, porém nelas encontra uma ética teleológica aristotélica e uma moral deontológica kantiana. Ricoeur encontra em Aristóteles a ética como um fim, pois tem como objetivo fazer o bem. Já em Kant a moral implica obedecer a uma norma, à lei estando mais condicionada pelo dever e pela obediência.

Posto isto, Ricoeur estabelece um diálogo entre estas duas ideias. Tanto a ética como a moral refletem sobre a ação do sujeito que é perfeitamente capaz de agir e escolher e de mudar a orientação do próprio mundo e também responsabilizar-se e ser responsabilizado pelas mesmas.

Na obra “O si-mesmo como outro”, “define sua perspectiva ética como: “o desejo de viver bem com e para os outros em instituições justas” (Pinto, 2012, p. 45). Tal conceção possui uma estrutura tripla, a saber – a ipseidade, a alteridade e a igualdade. Sendo apresentadas respetivamente, sob a égide da “estima de si”, da “solicitude” e da “justiça”, momentos determinantes para que se possa responder à pergunta sobre a identidade ética – norteadora de toda sua filosofia moral – “quem é o sujeito capaz de imputação moral?” A definição de sujeito torna-se importante, na medida em que se relaciona com o outro pois é na relação com os demais que somos nós mesmos, como se o outro constituísse o nosso eu.

Para Ricoeur, a pergunta não será tanto “o que devo fazer?” mas “como gostaria de conduzir a minha vida?”. A vida não é linear e tragédias acontecem. Somos capazes de traçar planos, mas há coisas que surgem sem estarem planeadas. A presença do outro que também pode exercer a sua vontade e causar-nos mal leva-nos da alteridade à solicitude, ou seja, “uma espontaneidade benevolente que permite a um sujeito cuidar do outro como um si-mesmo” (Pinto, 2012, p. 50). No entanto, o “eu e o tu” precisam das instituições para exercerem os direitos e conquistas e muitas vezes abrir mão de algo em prol do outro.

Os três elementos trabalhando em conjunto conduzem à vida boa, reclamada pelos filósofos antigos. “(...) levados em consideração em sua unidade permitem uma compreensão da completude querida pela ética, isso é, um viver bem com e para os outros em instituições justas” (Pinto, 2012, p. 51).

Desejar o bem para o outro implica também desejar o bem para mim mesmo. E esse desejo tem de ser um desejo pelo bem, ser capaz de escolher entre o bem e o mal. Desejo o bem para mim porque tenho estima por mim e porque sou capaz de ter amor pelo outro. Não podemos esquecer a formação cristã de Ricoeur que o leva a contrapor o bem ao mal e a culpar a fraqueza humana como a porta de entrada para o mal no mundo.

Para concluir, o pensamento de Ricoeur leva-nos a acreditar que a sobrevivência da civilização depende do auxílio da moral e da lei para que os desejos individuais não dominem e os princípios comuns sejam o guia de um convívio mais civilizado.

Estes princípios comuns revelam a necessidade de o ser humano pertencer a comunidades, sejam elas recreativas ou socioprofissionais. É assim que surgem as éticas aplicadas às profissões. Cada trabalho em si é uma mais valia para o indivíduo que se realiza e para a comunidade que beneficia com a mesma. E as profissões evoluem e até desaparecem, adaptando-se aos acontecimentos sociais e eventos económicos. Estas são ainda organizadas em torno de normas de conduta para que a comunidade funcione de forma justa.

A prática das profissões implica agir em conformidade com valores morais, e isso conduz-nos à noção de deontologia. Do grego “*déon*” (o que é certo) + “*logia*” (ciência), o dicionário define-a como o “conjunto de deveres e regras de natureza ética de uma classe profissional” (Bernier, 2004, p. 51). O autor, diz-nos, ainda, que “a deontologia estabelece regras profissionais que devem refletir certos valores como a verdade, o

interesse público, a honestidade, a liberdade e a compaixão. E, obviamente, tudo isto se aplica ao jornalismo”.

(...) o jornalista pauta hoje o seu exercício profissional por rigorosas exigências estabelecidas ao nível dos conhecimentos e das técnicas, mas também requisitos ao nível da integridade das condutas. Na perspetiva restrita do profissional da comunicação social, o seu desempenho individual como também os múltiplos relacionamentos que estabelece e sustenta – desde os colegas aos administradores, desde as fontes ao público – devem observar as normativas de ação que a própria profissão elabora num processo de autorregulação. Estas normativas que constituem os códigos deontológicos, são de natureza ético-moral, visando a perfectibilização do carácter do profissional, e jurídico-administrativas, visando assegurar a qualidade e prestígio da profissão, prevendo estas últimas sanções para os infratores. No seu conjunto, as normas deontológicas procuram estabelecer os padrões de atuação que mantenham e reforcem mesmo a confiança dos cidadãos na profissão. (Neves e Silva, 2017, p. 11)

1.1 Ética na Comunicação Social

Observámos atrás como os estudos sobre ética e filosofia influenciam hoje a prática de bem conviver e são uma mais valia para entendermos também mais sobre os procedimentos corretos a adotar pelo jornalismo como atividade profissional.

O jornalismo tem acompanhado a evolução da tecnologia, assim como do pensamento e da atuação das democracias. Ao longo da história, evolui de uma forma unicamente manuscrita até aos meios extremamente complexos e diversificados hodiernos. Com esta evolução, surgem também desafios inerentes à época, aos acontecimentos e aos meios de divulgação. Esses desafios implicam questões éticas e de responsabilidade pessoal e coletiva.

Não pretendendo focar este trabalho no passado, mas, contextualizando a profissão noutros momentos, podemos dizer que o jornalismo já existia na antiguidade. Na Roma antiga, existiam os boletins que eram normalmente afixados em lugares públicos e registavam os eventos diários, assim como se fazia na época medieval. O desenvolvimento da imprensa por Gutenberg proporcionou uma disseminação maior e

mais abrangente, fazendo chegar informação a diferentes classes sociais. Aquilo que antes era só de uso exclusivo dos mais ricos ou letrados, começou a chegar a outros.

O século XVIII ficou marcado com o surgimento da imprensa diária e da publicidade e o Iluminismo veio promover a liberdade de expressão que fomentou a imprensa livre e, até mesmo, ao surgimento de jornais independentes. A partir daí e, por etapas, nasce um jornalismo de investigação e de guerra.

Já no século XX, a rádio e a televisão surgem como grandes veículos de informação e entretenimento, e o jornalismo começou a funcionar de forma mais imediata e também visual. O surgimento da Internet e, conseqüentemente, mais tarde, após o dobrar do milénio, das redes sociais transformaram completamente o ambiente do jornalismo, e alteraram os modelos de negócio e a forma como as notícias são consumidas e exploradas.

Sendo assim, o telégrafo, o telefone, a rádio, a televisão e, finalmente, a Internet constituem a condição essencial para entendermos a forma como a comunicação social se estrutura e como lhe são colocados desafios novos e constantes. A utilização destas ferramentas traduz-se num desafio diferente e, além disso, a implantação de democracias ou até consolidação de ditaduras condicionam a expansão e difusão de notícias.

Para compreendermos melhor como trabalha a comunicação social hoje, precisamos avaliar as tendências jornalísticas da época da pandemia. Quatro anos apenas nos separam de fevereiro de 2020 em que a Europa e o mundo foram invadidos pelo vírus, então, misterioso.

Foi em 2016 que Radcliffe, citado por Balsemão (Neves e Silva, 2017), se debruçou sobre sete tendências que estão a alterar a forma como o jornalismo é feito e também a forma como é consumido.

A primeira tendência que o autor aborda tem a ver com as redes sociais que são cada vez mais os “portais” para notícias. São usadas não só para ler, mas também para comentar e discutir com outros utilizadores e, ainda, partilhar. Os utilizadores variam de idades, atividade e nível socioeconómico. Tendo as redes sociais um carácter grátis, surge a questão de como obter receitas através da divulgação de notícias.

A segunda tendência refere-se a novas rotinas. Enquanto que antes as redações dos jornais, por exemplo, preocupavam-se em elaborar um jornal, hoje existe o desafio da

Internet, de enviar *newsletters* a listas de *emails* ou atualização constante dos jornais *online*. Tudo isto obedece à mesma regra: o caráter gratuito ou a publicidade barata.

Um terceiro ponto remete-nos para as aplicações relacionadas a conversação e partilhas. *WhatsApp*, *Snapchat* etc. Apresentam um extremo alcance, propagam-se rapidamente e alguns meios de comunicação social como a BBC já as utilizam para a divulgação de notícias. Novamente, surge a questão de como fazer dinheiro com este serviço e surgem questões sobre se esse é mesmo um caminho que todos devem fazer.

No diz respeito aos *chat bots* que criam interatividade e humor, nos Estados Unidos assistiu-se à criação de uma voz que imita Donald Trump e que emite notícias. Será este um bom caminho? E surge uma vez mais a questão do rendimento e sustentabilidade.

A quinta tendência é os *robots*, a tornarem-se jornalistas, trata-se de um sistema totalmente automatizado ou robótico para fazer noticiários. A *Associated Press* usa este sistema para dar as notícias da bolsa. Quanto se gastará com a produção destes novos jornalistas? Será mais rentável do que a contratação de jornalistas?

Outra situação que tem surgido é a criação de imagens de 360 graus protagonizadas por redes como o *Facebook* e *Youtube*. Será um caminho para os media? Deve fazer parte dos sites noticiosos?

Finalmente, a última tendência fala de produção de conteúdos em realidade virtual. Será, mesmo, necessário? E, outra vez, é possível ganhar com esse tipo de conteúdos?

O jornalismo continua e continuará a existir, independentemente das sociedades em que está inserido. Na verdade, independentemente das plataformas que utiliza, segundo Balsemão (Neves e Silva, 2017), tem várias funções a desempenhar.

Como qualquer atividade, não está livre de sanções e de critérios éticos e deontológicos, e deve continuar a informar, selecionar a informação, hierarquizar-la e ordená-la. Precisa continuar a lutar pela liberdade de expressão, como veículo da democracia. O autor diz-nos que “Thomas Jefferson dizia que se tivesse que escolher entre ter um governo sem jornais ou ter jornais sem governo, não hesitaria em escolher a segunda opção” (Neves e Silva, 2017, p. 38).

A comunicação social tem o poder de, além de informar somente, veicular as diversas opiniões que permitem viver em democracia e aprender a desenvolver espírito crítico e a conhecer realidades diferentes que podem enriquecer culturalmente os povos. Também

isto promove o abandono da indiferença face a situações muito graves como guerras, desastres ambientais, entre outros.

Para que isto funcione, o autor aponta o jornalismo como um contrapoder, ou seja, “significa que estão do outro lado e não podem ser confundidos. Significa que (...) precisam desempenhar um papel ativo como guardiões do templo de valores essenciais como a liberdade, a igualdade de oportunidades e o direito à diferença. Isto implica a capacidade e a vontade de investigar e denunciar abusos de poder, corrupções, faltas de transparência(...)” (Neves e Silva, 2017, p. 39).

Diante deste cenário e sendo o trabalho do jornalismo de investigação um apurar dos acontecimentos, chegamos aos desafios éticos e morais que não ultrapassem a barreira dos códigos deontológicos. Todos os dias, os jornalistas pensam sobre se devem usar câmaras ou gravadores ocultos; se devem ou não usar a própria i; se a honestidade é realmente o que o público precisa; se há limites na privacidade (principalmente de figuras públicas) e divulgação de notícias que serão ou não de interesse coletivo; se os interesses económicos se sobrepõem ao mediatismo e sensacionalismo; se devem divulgar informações relativas a intervenientes de assaltos, sequestros, guerras e assuntos de saúde pública; que relações comerciais fazer para garantir a liberdade evitando o conflito de interesses; como ser objetivo, entre muitos e muitos outros que surgem.

Tal como outras profissões, o jornalismo obedece a regras. Por exemplo, em Portugal é um exercício cuja liberdade se encontra respaldado e garantido pela Constituição. Adicionalmente, existe um quadro legal de normas que disciplinam a imprensa, a rádio, a televisão e a própria atividade dos profissionais do sector, garantindo um conjunto amplo de direitos, mas também de deveres e incompatibilidades¹. À Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) compete fiscalizar o sector. Sendo o jornalista titular de uma carteira profissional, existe uma comissão para decidir sobre a atribuição ou suspensão desta. O Sindicato dos Jornalistas criou o Código Deontológico Português e aplica sanções e também a União Europeia que lança diretrizes que orientam e condicionam o exercício da profissão.

No momento de escrita deste trabalho (março de 2024), foi dado mais um passo importante no que diz respeito à regulação da comunicação social dos países membros

¹ CRP ([Constituição da República Portuguesa](#)), Estatuto do Jornalista ([Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro](#)); Lei de Imprensa ([Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro](#)); Lei da Televisão ([Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho](#)); Lei da Rádio ([Lei n.º 54/2010, de 24 de Dezembro](#))

da UE. Este foi redigido com o propósito de garantir a liberdade e proteger os jornalistas e prestadores de serviços de possíveis interferências políticas. O receio que conduziu a este projeto está relacionado com a politização dos meios de comunicação social e consequente falta de transparência. A existência de um Comité Europeu dos Serviços de Comunicação Social assegura a proteção da liberdade e, com isto, os Estados-membros podem adotar regras mais detalhadas que as estabelecidas neste novo regulamento.

1.2 Principais desafios éticos do jornalismo

Segundo Changeux, a frase célebre “*Print all that fits*” não é viável. A ética funciona melhor quando o direito à informação e os direitos individuais são levados em conta. Se há vidas humanas em jogo, então nem tudo é publicável (1996).

Existe uma enorme pressão em diversos quadrantes no que diz respeito à profissão. Os desafios económicos de cortes orçamentais mediante comportamento, a influência de instituições para lucro próprio, o poder político que quer ganhar influência nas decisões, as fontes e o direito à privacidade. São estes que veremos de seguida:

1.2.1 O poder político

Na verdade, este pode ser o poder que mais pode interpelar o trabalho jornalístico já que, como sabemos, mesmo no século XXI, não existe liberdade de informação em muitos lugares do planeta. Isso significa que grande parte das pessoas do mundo não tem o mesmo acesso à informação já que está privada de a adquirir daquilo que se chama jornalismo livre.

Em Portugal, também existe um jornalismo antes da revolução e depois da Revolução de 25 de Abril de 1974. No período do Estado Novo, viveu-se num contexto de censura em que tudo era examinado previamente. Tudo era muito controlado e vigiado e mesmo que existissem jornalistas plenos de convicções antirregime, investigando crimes contra a liberdade, eram depressa feitos prisioneiros ou condicionados. Depois da revolução, a comunicação social começou a trabalhar para ter liberdade, conduzir os cidadãos a participar na vida civil e até mesmo contribuir para os níveis de literacia.

Um dos temas abordados por Balsemão é que a segurança sobrepõe-se à liberdade dos cidadãos, ou seja, se os governos hoje têm meios de ouvir as nossas conversas, obviamente teremos tendência a retrair-nos mais. Balsemão diz-nos que os governos

exercem limitações que afetam o trabalho jornalístico (Neves e Silva, 2017). “A sobrevivência, e sobretudo a adaptação da democracia representativa às novas realidades sociais e consequentes mudanças institucionais, só é eventualmente atingível com a permanência dos media profissionais, obedecendo a regras e critérios deontológicos e sujeitos a sanções quando não os cumprem” (Neves e Silva, 2017, p. 59).

1.2.2 Desafios económicos

Com toda a evolução que foi acontecendo com o jornalismo, também os modelos de negócio precisaram achar um novo rumo pois fazer dinheiro com jornalismo apenas de *Internet* não é a mesma coisa que ter patrocinadores de publicidade. O jornalismo tem hoje formas diferentes de distribuir os conteúdos, de captar a atenção dos leitores, tem o desafio da velocidade informativa. Canavilhas, citado por Bastos e Zamith (2012), explica-nos que uma empresa de comunicação não distribui um produto qualquer pois a notícia é um bem perecível, dura pouco tempo, obriga a uma criatividade e inovação constantes para enfrentar a concorrência.

Cada empresa de comunicação assegura o seu próprio sustento. No entanto, sabemos que algumas opções podem colocar em causa a liberdade do setor e, até mesmo, a independência. Esta última é assegurada pela própria Constituição da República Portuguesa. Muitas empresas de comunicação pertencem a grandes grupos que detêm outros negócios e que visam interesses diferentes, logo o jornalista está sujeito às regras impostas por essa organização. “A garantia da independência decorre da constatação de que a liberdade de expressão dos jornalistas se exerce quase sempre no âmbito de uma empresa de comunicação social, o que implica uma sujeição às regras inerentes a qualquer estrutura empresarial, de acordo com a sua organização e hierarquia” (Neves e Silva, 2017, p. 74).

Isto significa que além de uma sujeição aos códigos deontológicos, como qualquer pessoa que seja contratada por um organismo, também está dependente das suas regras e subordinado ao respetivo esquema empresarial.

Para concluir, entende-se que as empresas de comunicação também são atividades económicas, gerando, consequentemente, capitais. Os jornalistas precisam ser pagos e, por isso mesmo, estão sujeitas às leis de mercado e concorrência. A relação com aqueles que consomem o seu produto e com os anunciantes que pretendam publicitar limita o trabalho. No entanto, como uma atividade de interesse público que é, luta por sobreviver debaixo de valores como o pluralismo, a liberdade e a independência.

1.2.3 Objetividade e verdade

O jornalismo inglês tem uma expressão para caracterizar uma informação que seja imparcial e totalmente neutra que é “o comentário é livre, mas os factos são sagrados.” Supostamente, o jornalista não deveria interferir nas notícias, mas será isso possível? Sendo o jornalista um ser humano, tem a sua visão sobre os acontecimentos, está dependente de outros fatores de influência. O jornalista também interpreta, logo a objetividade permanece num limbo entre rigor e subjetividade do pensamento.

O código norte-americano no qual se baseia o nosso afirma: “a verdade é o nosso fim último; a objetividade na maneira de transmitir informações é (...) a marca do profissional experiente. É um critério de eficácia para o qual nos orientamos. Honramos aqueles que a atingem” (Neves e Silva, 2017, p. 145).

Diferentes visões mostram que o jornalista enquanto pessoa é completo de subjetividade, logo precisa realizar um esforço muito grande para continuar imparcial. Isto requer inteligência, humildade, reflexão, olhar sem preconceitos. Impedir que a opinião contamine um relato inocente é um trabalho árduo para qualquer profissional do jornalismo.

Em 2016, um atirador assassinou, a sangue-frio, o embaixador da Rússia na Turquia. Estando a cerimónia a ser filmada e fotografada, foram feitas imensas imagens do acontecimento. Estas mostravam, sem filtros ou retoques, a crueldade do ato. Se as imagens foram utilizadas pelos órgãos de comunicação social? A resposta varia, pois, cada um dos órgãos teve decisão na matéria. E uns usaram a imagem com um grafismo apelativo e expressivo e outros retocaram a imagem de forma a não chocar. Tudo isto tinha repercussões diplomáticas e ao mesmo tempo feria as sensibilidades do leitor/espetador.

Sabemos que as próprias imagens adulteradas podem criar ilusões de verdade, não é somente o que se escreve. No jornalismo tradicional, as perguntas que mais surgiam eram: “Quem? Quando? Onde?”. Hoje as pessoas querem saber o “como” e o “porquê” e nem sempre essa informação é relevante.

1.2.4 O interesse público e a privacidade

Estas duas realidades têm por trás dois sujeitos: aquele que quer e tem direito a saber e o que tem direito a ocultar. Neste cenário, é necessário definir limites. Martins, citado

por Neves e Silva (2017), define o interesse público como algo que “não coincide com interesse nacional, não traduz o interesse das audiências, habitualmente associado pelos teóricos ao interesse do público, no sentido de saciar curiosidades mórbidas” (p. 194).

Ainda a respeito deste tema, colocam-se algumas questões pertinentes:

Porque é esta informação considerada confidencial pelo sujeito da história? As suas razões fazem sentido? Devo manter essa informação privada? Quão importante é para o sujeito que permaneça em sigilo? Para que escolhas da vida específicas precisa o público dessa informação? São essas escolhas importantes ou relativamente triviais? A informação é vital para as suas escolhas? Informação semelhante está disponível a partir de fontes públicas? (Neves e Silva, 2017, p. 202)

Por exemplo, no caso de Bill Clinton e Monica Lewinsky: havia legitimidade para se tornar público? Trata-se de um caso de envolvimento sexual entre o Presidente dos Estados Unidos e uma estagiária e o assunto não foi tratado pela imprensa dita cor de rosa, mas sim pelos órgãos de referência. Assim o jornalismo demarca um interesse não apenas focado em programas governamentais, mas na individualidade, caráter e valores dos próprios políticos. No caso em concreto, o presidente era um homem casado e havia uma notória discrepância entre o que propalava e o que acontecia na vida privada. O momento em que os jornais de referência se interessaram pelo assunto foi na abertura de um inquérito por parte do congresso e nesse momento o Presidente Clinton mentiu. Mentir ao congresso é grave e pode ser considerado crime. Logo, este assunto precisava vir à tona.

Programas de TV como *Big Brother* aceleraram este processo de invasão de privacidade ou, se preferirmos, de erosão das fronteiras entre a esfera pública e privada, com um notório e acentuado recuo desta última, fenómeno que o crescente escrutínio, patrocinado em grande medida pela ubiquidade da tecnologia e pelas redes sociais, tem exacerbado. Em Portugal, por exemplo, este fenómeno não ficou pelas bases do entretenimento, tendo-se frequentemente convertido em notícia. Pessoas desconhecidas, por vezes com comportamentos violentos, invadiram manchetes que roubam lugar a notícias que talvez tenham mais interesse, apagando-as do espaço público.

Na verdade, a prisão ou um crime cometido por um estranho não tem normalmente os seus dados divulgados. Figuras públicas são filmadas mesmo em momentos de

apreensão policial como foi o caso de José Sócrates. Alguns limites não são refletidos, e o espaço público é passível de violação de privacidade. No entanto, são impostas algumas regras quanto a sessões de tribunal ou funerais, podendo estes exigir autorizações para captação de imagem ou som.

No caso da cobertura de cenários verdadeiramente trágicos como é o caso de acidentes, atentados terroristas e a guerra, encontramos pessoas em extrema fragilidade e vulnerabilidade. O nosso código deontológico previne quanto ao ambiente onde as entrevistas acontecem, de forma que aconteça num ambiente de paz e serenidade. Tudo o que é ligado ao sofrimento tem a tendência de poder vitimizar quem sofre o dano e levar a uma banalização por parte do público.

O *Dart Center for Journalism and Trauma de Washington* aconselha a que o trabalho jornalístico feito em cenários de dor e caos demonstre sensibilidade e alguma contenção quando aborda as vítimas para entrevistas. Imagens repetidas vezes sem conta podem conduzir a que as vítimas revivam a situação vezes sem conta (Neves e Silva, 2017).

Muitas vezes, as decisões editoriais variam quanto à escolha de publicar identidades em se tratando de acidentes ou de crimes. A disseminação das redes sociais, e a crescente sincronia entre os acontecimentos e a sua receção pelo público, compele o jornalista a acompanhar o ritmo destes eventos. No entanto, sabemos que o jornalista na sua prática quotidiana precisa, como em outras profissões, pensar na dignidade humana e escolher o caminho mais adequado para que as pessoas se apercebam dos perigos que jazem na exposição pública da sua imagem ou problemas.

1.2.5 Fontes

Nem sempre o jornalista pode estar presente nos lugares onde a notícia acontece. Os acontecimentos são presenciados e percebidos por outros. De igual modo, nem sempre o jornalista tem acesso a informação confidencial. Então, precisa recorrer a fontes. E existem vários tipos de fontes: as oficiais; as que cobram para falar; as que lutam por ver as suas dificuldades expostas ou, até mesmo, eventos e ações que certos organismos querem ver divulgados e procuram a comunicação social para o fazer.

Depois de alguns anos de trabalho, o jornalista desenvolve relacionamentos que lhe permitem criar listas de fontes, ligações que se vão fortalecendo com o tempo, sendo crucial a existência de confiança de parte a parte. O jornalista tem de confiar nas suas fontes e nas informações que consigo partilham. Para as fontes, especialmente em casos

de elevado melindre, que envolvam informações secretas ou confidenciais, e/ou em que não pretendem ser identificadas ou associadas à notícia, é também crucial existir essa relação de confiança, sem a qual a fonte não facultará as informações de que é possuidora. São as fontes que permitem ao jornalista enquadrar as notícias de uma determinada perspectiva e divulgar informações/factos que, de outro modo, permaneceriam desconhecidos. Para tanto tem de existir essa relação de confiança, em que a fonte está absolutamente segura de que não sofrerá consequências pela “indiscrição”, posto que o jornalista, em caso algum, revelará a sua identidade. E, a este respeito, veja-se a relação de confiança entre Mark Felt, ex-director adjunto do FBI e Bob Woodward, jornalista do *The Washington Post*, que espoletou a investigação à história que ficou conhecida como o caso Watergate e que conduziu à renúncia do Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon.

Igualmente relevante, será aferir até que ponto essas notícias envolvem os elementos da perspectiva certa ou a história publicada é influenciada pelos desejos e intenções das fontes? Assim, a relação entre jornalistas e fontes enfrenta o desafio da autonomia, posta em causa pela ação de interesses que podem estar camuflados.

Se, do lado da fonte, há uma preocupação diária em criar informação atraente para os jornalistas, com formatos e rotinas produtivas adequadas, os jornalistas trabalham os acontecimentos e os seus significados tendo em conta o tempo e o espaço disponíveis para a feitura das peças noticiosas. O equilíbrio ético e as formas de responsabilidade social dos media (...) são exigências para o jornalismo livre. (Neves e Silva, 2017, p. 226)

Por exemplo, os casos de rapto, crime, pedofilia têm sempre grande impacto em quem os lê. Casos como Madeleine McCann (2007), Rui Pedro (1998) e até o escândalo Casa Pia (2002) criaram grande expectativa diante da população. Nestes casos assistimos à divulgação de dados fornecidos por diferentes fontes: os pais que apelam à procura, os comentadores de crime, a polícia, a fuga de informação judicial, a investigação jornalística e até a intervenção do Papa no caso particular de Madeleine McCann. Tudo isto tem impacto na opinião pública e gera uma relação entre verdade e mito. Anos passam-se e novas teorias surgem, gerando grandes picos de notícias desde os meios de comunicação mais pequenos até aos meios de comunicação maiores sustentados por novas fontes, novos comentários, mas, talvez, sem novos factos.

1.3 Códigos deontológicos

Os códigos deontológicos existem porque o dever existe e porque a falha para com esse dever acarreta consequências de sanções disciplinares aplicadas pelas autoridades reguladoras. Os códigos tentam traduzir princípios éticos universais a cada profissão, adaptando-os depois às realidades locais diferentes de cada profissão. Eles trazem não só autorregulação a um determinado grupo como conferem alguma paz de espírito a quem lida com estes profissionais. Sabendo que determinado profissional além de consciência se rege por um código pode determinar uma certa confiança e estabilidade nas relações interprofissionais.

O Código Deontológico dos Jornalistas não é exceção. Ele expõe, um pouco, os anseios e ideais dos jornalistas. Por todo o mundo foram elaborados códigos que refletem essas preocupações e evidenciam valores da área como a verdade, o rigor, a fidelidade dos factos e também a independência. Vários códigos podem ser consultados na base de dados criada pelo *Donald W. Reynolds Journalism Institute* e estes registos ajudam-nos a entender as bases gerais de cada um sabendo que existem especificidades próprias para o tipo de jornalismo praticado em cada sociedade.

Fidalgo em “O lugar da ética e da autorregulação na identidade profissional dos jornalistas” (2006) reflete sobre uma problemática que muitas outras profissões não têm. Fala-se em “jornalistas profissionais”, no entanto não vemos esta designação aparecer noutras profissões. No início, o jornalismo era trabalho de pessoas que sabiam escrever e ainda hoje existe este fenómeno. No entanto, na passagem do século XIX para o século XX, os jornalistas começam a aspirar o profissionalismo e ter reconhecimento social e jurídico. Foi em França, em 1935, que se criou um título e um lugar e, conseqüentemente, uma carteira profissional.

Então, do binómio liberdade/ responsabilidade, em que se pensam as convicções sobre o que se deve ou não fazer e sobre a responsabilidade de ponderar as consequências individuais e coletivas do que se faz, surge uma autorregulação. Este é o modo como a imprensa vai tentar cultivar a liberdade de expressão e afastar as tentativas políticas de influência. Também vai pensar naqueles que são vistos como audiência e que se tornam atores no palco da informação.

Como vimos acima, foi na segunda metade do século XX, ou seja, após a Segunda Guerra Mundial que a regulação do jornalismo deu passos mais significativos no mundo ocidental. “Os meios de comunicação têm uma incontornável responsabilidade social e,

portanto, devem (1) respeitar princípios e valores éticos básicos, (2) adotar padrões e práticas profissionais exigentes e (3) prestar contas à sociedade por aquilo que fazem ou não fazem” (Neves e Silva, 2017). Na verdade, a informação pode assistir a um desvirtuamento do seu objetivo já que é cobiçada por interesses políticos, governamentais, económicos, etc. Por isso, esta autorregulação fez-se como uma necessidade.

Em 1947, depois de publicado o Relatório *Hutchins* nos Estados Unidos com o título, “*A free and responsible press*”, outros países usaram-no como base para a sua estratégia de realização de códigos ou outros documentos reguladores. No final do século XX com tantas alterações políticas e sociais com a globalização em intenso crescimento, a revolução digital, a queda do muro de Berlim e do mundo soviético, a participação cada vez maior do cidadão no processo, levaram a modificações e adaptações várias nos códigos deontológicos. Não podemos deixar de notar o nome “autorregulação” que como a palavra indica é feita pelo próprio. São os protagonistas deste exercício profissional que pensam e repensam sobre as regras, pensando sempre nas mutações sociais e consequentes adaptações.

Fidalgo (2006) reflete sobre algumas limitações e controvérsias que podemos encontrar no exercício da autorregulação. Ela é voluntária, logo pensa-se que existe uma certa vontade de a colocar em prática; é exigente pois está sujeita à crítica; é um processo que visa mais as sanções morais do que as materiais sendo que as primeiras não são visíveis imediatamente; o seu sucesso implica a existência de instâncias autorreguladoras. Deve ser eficaz e existir um esforço genuíno de concretização, algo que nem sempre sucede. As grandes vantagens desta é que contribui para uma maior transparência e credibilidade dos media e combate as intervenções externas, visando principalmente as premissas do que se pode e do que se deve realmente fazer.

Na base dos códigos, está uma expectativa. Christofolletti (2017) afirma que podemos avaliar o conceito de ética jornalística a partir de uma perspectiva aristotélica. Como já analisámos mais atrás, Aristóteles foca a sua teoria nas virtudes, um pouco distinta da deontológica. Aristóteles fala-nos no que constitui o ser virtuoso, os elementos que o constituem. Assim sendo mais que transgredir normas impostas, observa-se como o jornalista se torna um bom profissional. Como a virtude é uma tendência para o bem torna-se um hábito existencial, podendo não ser completamente inata, mas aprender-se ao longo da vida. A virtude torna-se então algo a praticar no dia-a-dia. Segundo o autor, esta ética não resolverá tudo, mas ao afirmarem-se determinadas virtudes, podemos fazer o melhor possível da profissão que temos. “Os códigos deontológicos são

numerosos, frágeis e necessários e representam parte dos esforços das comunidades profissionais em busca de mais retidão nas condutas dos seus membros” (Neves e Silva, 2017, p. 309).

1.3.1 Código deontológico português

Em Portugal, o primeiro código surge em 1976, inspirado no Projeto de Código de Deontologia Profissional do jornalista, de 1972. Aqui encontrou alguns princípios, porém o contexto político deixou marcas que precisavam ser refletidas. A Lei da Imprensa foi aprovada em 1975 e isso contribuiu para que o código fosse, então, elaborado pelo Sindicato de Jornalistas num contexto pós-ditadura, revisto e aprovado em 1993 e que se mantém até hoje, tendo-lhe sido introduzidas alterações numa versão posterior de 2017, a qual, ainda assim, mantém a base anterior.

Apresentamos, em seguida, os pontos do Código Deontológico Português, datado de 30 de outubro de 2017 com as alterações aprovadas no 4º Congresso de Jornalistas:

1. O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.
2. O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.
3. O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.
4. O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público e depois de verificada a impossibilidade de obtenção de informação relevante pelos processos normais.
5. O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e atos profissionais, assim como promover a pronta retificação das informações que se revelem inexatas ou falsas.

6. O jornalista deve recusar as práticas jornalísticas que violentem a sua consciência.
7. O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o usarem para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.
8. O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais. O jornalista não deve identificar, direta ou indiretamente, menores, sejam fontes, sejam testemunhas de factos noticiosos, sejam vítimas ou autores de atos que a lei qualifica como crime. O jornalista deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.
9. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da ascendência, cor, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, idade, sexo, género ou orientação sexual.
10. O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade, dignidade e responsabilidade das pessoas envolvidas.
11. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios suscetíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse.

Aprovado no 4º Congresso dos Jornalistas a 15 de janeiro de 2017 e confirmado em Referendo realizado a 26, 27 e 28 de outubro de 2017

O Estatuto do jornalista, lei n.º 1/99 foi aprovada em Assembleia da República e regula os direitos (artigo 6.º) mas, também, os deveres (artigo 14.º) da atividade. Garante o livre acesso às fontes dos órgãos de Administração Pública e que os jornalistas não podem ser interceptados nos locais públicos e são, mesmo, abrangidos por um regime especial que lhes permite a livre circulação de viaturas usadas no exercício do dever (Gradim, 2000).

Aos jornalistas é concedida a liberdade de se expressarem e criarem, o acesso a fontes de informação pertinentes, a garantia de sigilo, a independência e o direito de participarem na organização editorial do órgão para o qual trabalham.

É pertinente refletirmos também nos deveres para que se infiram os valores pelos quais se rege a profissão. Resumidamente, os jornalistas devem informar com transparência e distinguir bem o facto da opinião; toda a censura deve ser condenada e também atos que reprimam a liberdade de expressão; a autonomia deve ser mantida e jamais deve acontecer um comprometimento da verdade; os editores devem ser respeitados; As fontes precisam ser ouvidas sem preconceito, sem pressupor culpas, devem ser bem identificadas ou protegidas na sua confidencialidade conforme desejado; evitar expor situações que causem danos de qualquer ordem; os jornalistas precisam admitir os erros e proceder a correções; os métodos de recolha de dados devem ser autorizados e só é viável uma outra forma se o interesse público for maior; as vítimas de crimes sexuais não devem ser identificadas; jamais os jornalistas devem assinar trabalho que não é seu.

Como acima referido, o jornalismo português está marcado pelos anos da ditadura. A liberdade não existia, logo não fazia qualquer sentido falar da responsabilidade do jornalismo, pois a responsabilidade ficava com quem aprovava ou não as publicações. O Sindicato existia, mas a concordância com o governo do Estado Novo não. Logo, só depois da instituição de um regime democrático se aprovou o código deontológico registado acima.

No *site* da CCPJ (Comissão da Carteira Profissional de Jornalista) podemos encontrar algumas situações disciplinares registadas entre 2008 e o ano em curso. A entidade tem a competência para instaurar processos disciplinares por violação dos deveres promulgados pela lei já referida antes. Como consequência, os títulos de acreditação profissional podem ser renovados, suspensos ou cassados e podem ser aplicadas coimas e sanções, nos termos da lei.

Também a ERC e o Sindicato dos jornalistas têm verificado algumas incongruências e violações. Um dos casos mais recentes e conhecidos relaciona-se com os incêndios de 2017 em Pedrógão Grande. Penso ser interessante refletirmos acerca do caso tendo em vista a deteção de eventuais falhas e a reflexão que se impõe acerca destas. Neste caso específico, várias queixas surgiram por causa do plano televisivo apresentado pela TVI que dá contate um dos cadáveres da tragédia. A ERC condenou o ato, acima de tudo, pelo choque queo país enfrentava com a tragédia e recomendava sensibilidade diante do luto nacional.

Exortou a que a TVI observasse e cumprisse a ética de antena e assegurasse o respeito pela vida humana. Além disso, também solicitou para que a carta que repudiou e condenou o ato fosse lida no noticiário com mais audiências do canal em causa. O Sindicato dos Jornalistas condenou o sensacionalismo, pois a dor das pessoas foi perturbada e apelou a que os órgãos reguladores agissem e punissem os jornalistas.

A resistência que, apesar de tudo, o presente Código Deontológico” tem demonstrado relaciona-se com o facto de ser constituído por um conjunto de referências que remetem mais para princípios éticos genéricos, por vezes mais dependentes da deliberação individual dos profissionais, do que de recomendações verdadeiramente normativas da profissão. Apesar de o Código Deontológico parecer atual nos seus princípios, ele não responde a novos problemas. (Neves e Silva, 2017, p. 329)

O jornalismo contemporâneo, como vimos acima, exige novas estratégias. Logo, é necessário encontrar respostas para novas realidades. O jornalismo tem novas formas de trabalho. O jornalista, também ele figura pública, pode encontrar-se numa situação em que a sua vida pessoal colide com o dever público.

Na verdade, ainda que os códigos deontológicos ditem as regras com punições mais ou menos graves, no final é a consciência ética que reclama uma certa conduta um pouco mais exigente e intrínseca e que provoca boas práticas profissionais, sensíveis aos demais e comprometidas com a função da profissão.

Capítulo 2

Caracterização do contexto da Pandemia Covid-19

Procederemos, neste capítulo, a uma descrição do período de pandemia do Covid-19, com o objetivo de compreendermos o momento histórico que se viveu na nossa nação. Com isso, estabeleceremos relações entre o contexto social, económico e laboral com a rotina jornalística e os seus desafios éticos.

2.1 O jornalista e a saúde

“Os jornalistas são parte de uma profissão, talvez das mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais” (Traquina, 2002, p. 11). Será baseados nesta ideia de responsabilidade que abordaremos um pouco da problemática sobre o jornalismo e a saúde. Não existindo muita literatura a respeito do tema, procuraremos refletir no que é importante para uma compreensão da intervenção dos jornalistas no contexto de pandemia do vírus SARS-COV-2.

As mudanças que acontecem ao nível social, demográfico, na natureza, nos conceitos de saúde e propagação de epidemias colocam o assunto da saúde na ordem do dia. É um campo de demandas explorado pelo jornalismo como uma ferramenta de mediatismo. É do interesse do público, é da responsabilidade dos governos e está sempre envolto em polémicas de dificuldade de administração.

A comunicação social empenha-se em “dar visibilidade às medidas governamentais”; “divulgar descobertas de investigação”; “dar espaço a jornalistas e comentadores que habitualmente tratam desses assuntos” e “impulsionar a disseminação de mensagens através das redes sociais” (Lopes et al., 2013 p. 19).

Assim, além de notícias de acontecimentos esporádicos como surtos, epidemias, pandemias, a comunicação social dedica-se a alguns temas que produzem manchetes e que, por outro lado, podem impulsionar mudanças de estratégia por parte de governos e sistemas de saúde nacionais. “(...) não se pode descurar o papel que os *mass media* detêm

na informação e formação da opinião sobre os assuntos relacionados com o sector da saúde” (Sousa, 2006, p. 23).

Segundo Silva (2006), autor de um dos artigos da coletânea de textos sobre jornalismo e saúde, os jornalistas têm este poder de influenciar agendas políticas, expondo assuntos relevantes que propiciem mudanças até mesmo em relação ao SNS. O Serviço Nacional de Saúde, antes e após a pandemia, continua a ser um dos domínios mais difíceis de ser governado.

A informação a que normalmente temos acesso relaciona-se com a ineficiência do sistema, más práticas, desvalorização da carreira e reivindicações ao nível dos salários e das horas de trabalho. A informação crescente e até mesmo o aumento do nível de escolaridade da população criam pressão sobre o sistema. “(...) ao mesmo tempo que dão uma má ideia do que existe, colocam em evidência e legitimam, ainda que indiretamente as opções políticas () contribuindo para a quebra de confiança nos serviços públicos” (Sousa, 2006, p. 26).

Baseados nos valores de luta pela liberdade, conscientes do seu papel de intervenção, os profissionais de comunicação estão conscientes de que a saúde é um assunto sensível pois trata da vida humana e das suas vulnerabilidades. Têm, normalmente, precaução sobre a forma como comunicam, já que notícias difundidas de forma errada podem conduzir a um pânico generalizado. O direito à dignidade humana, a confidencialidade entre médicos e pacientes podem, ainda, ser barreiras à obtenção de informação. Na verdade, todos os intervenientes se regem por códigos deontológicos e mesmo os pacientes que, obviamente, não se encontram numa situação profissional têm os seus direitos e deveres protegidos pela Carta dos Direitos e Deveres dos doentes, disponibilizada pelo site da DGS.

Schwitzer (1992), citado por Lopes et al. (2013), refere que “mais do que ser o primeiro, é importante estar certo. Os jornalistas podem não precisar de competências especiais para cobrir notícias de saúde, mas precisam de uma grande dose de avaliação especial na altura de tomar posições” (p. 29). Devido ao rigor que esta área exige, cada vez se requer mais alguma especialização, no entanto ter jornalistas especializados também exige bastante das redações e também pode correr-se o risco do discurso se tornar demasiado técnico para o público.

A pressão existe. Jornalistas e profissionais de saúde trabalham em ritmos diferentes. Muitas vezes o discurso médico é difícil de descodificar e os próprios jornalistas têm

dificuldades em fazer perguntas pertinentes, pois não têm conhecimento suficiente para isso. Neste processo, sendo a saúde um assunto não só delicado como difícil de abordar pela sua complexidade científica, existe uma reflexão maior na seleção das fontes.

Existem consentimentos que têm de ser dados para que as informações individuais que podem vir a proteger o coletivo possam ser divulgadas. Isto significa que a permissão para noticiar um primeiro caso de qualquer tipo de doença transmissível é o primeiro passo para a prevenção e para evitar uma maior contaminação ou calamidade. Então, o jornalista que procura a verdade precisa de ouvir os profissionais, avaliar bem as suas fontes, ter cuidado com dados, zelar pela imagem, respeitar as famílias e proteger os cidadãos em geral. Tudo isto junto parece fácil, mas converte-se em dois polos diferentes: por um lado os que sofrem e por outro lado os que precisam conhecer a realidade para que não venham também a sofrer.

Um dos interesses centrais neste tipo de investigação reside no que se pensa ser o potencial imenso dos media para a sensibilização e consciencialização dos riscos de saúde e para persuadirem as audiências a adotarem ou a abandonarem determinados tipos de comportamentos. (Lopes et al., 2013, p. 11)

Num contexto de crise sanitária como a da Covid-19, a comunicação foi um elemento crucial e importante, já que a informação pode atenuar a ansiedade. Com as pessoas confinadas em casa, todos começaram à procura de mais informação sobre o que era e como se combatia e a OMS é um organismo que vê a comunicação como a estratégia necessária e essencial para divulgação das suas notícias.

Perante isto, veremos agora alguns dados importantes sobre a repercussão da pandemia no nosso país e a intervenção do jornalista enquanto divulgador e mediador entre poderes políticos e científicos e o público em geral.

2.2 A pandemia: contexto português

A primeira vez que os portugueses ouviram falar sobre o vírus covid-19 remonta a novembro de 2019 com os primeiros casos na China. Mesmo então tratava-se de uma ideia distante que afetava um país bem longínquo e habituado a este género de situações. Pouco a pouco os jornais davam conta do número crescente e das quarentenas e fronteiras encerradas na China.

O ano 2020 começou e com ele relatos de aparecimentos de casos na Europa. Até aqui estava tudo ainda distante pois, na verdade, não se sabia muito sobre o vírus. Especulações levantavam-se diariamente com comparações ao vírus da gripe que, anualmente, também causa um número elevado de mortes, ou com os anteriores H1N1 e H5N1. Primeiro a França, depois a Itália, a Espanha, a Alemanha e era uma questão de dias até que surgisse o primeiro caso reportado em solo português.

A 2 de Março anunciam-se os primeiros dois casos: um homem regressado de Itália e outro de Espanha. Nessa altura já Graça Freitas (diretora da Direção Geral de Saúde) tinha assumido numa entrevista ao Expresso que admitia um milhão de infetados em Portugal (Duarte et al., 2022).

Nessa altura, o país preparava-se para enfrentar esta epidemia desconhecida e começa a falar-se em testagem e na eventual imposição do uso obrigatório de máscara. Ao início, ainda sem grande encorajamento, pois consideravam que os europeus não sabiam colocar as máscaras nem usá-las corretamente como os asiáticos. “Muita coisa irá mudar. Este é apenas o início de uma linha que há-de ter muitas curvas. Umhas previsíveis, outras dramaticamente inesperadas” (Duarte et al., 2022, p. 29).

Políticos e cientistas começam a entender que o número de infetados iria escalar e depressa teriam de fechar escolas, fábricas, empresas, cancelar eventos culturais e desportivos, suspender voos e outros serviços de transportes públicos. A comunicação social começou a antever essas situações e, no dia 11 de março de 2020, a OMS declara a Covid-19 como sendo uma pandemia. No dia seguinte, António Costa (primeiro-ministro na altura) anuncia o fecho das escolas e das universidades. E começa aqui um período de mudança total na vida de todos.

“Os títulos dos jornais são fortes nessa manhã de 13 de março. “Governo impõe plano de choque para enfrentar coronavírus.” Titula o Público; “Mais de dois milhões de pais e filhos ficam em casa” anuncia o JN” (Duarte et al., 2022, p. 31). Na televisão, os jornalistas têm um discurso de encorajamento e os media anunciam a situação como algo que precisaria ser combatido coletivamente. As pessoas deveriam adotar comportamentos que não somente as beneficiariam a si próprias, mas também aos outros. O semanário Sol acaba por escolher uma manchete que se torna um mote em todos os meios de comunicação e, até mesmo, nas janelas dos portugueses manifestada em desenhos coloridos feitos pelas crianças. “Fique em casa” tornaram-se as palavras de ordem para o momento único que esta geração experimentava.

Começou, então, o confinamento. Várias medidas entraram em vigor, nomeadamente de distanciamento social, limitações de visitas a lares de idosos e hospitais, encerramento de discotecas, limitação de lotação em restaurantes e reforço no Serviço Nacional de Saúde. Fronteiras controladas e turismo em suspensão. Quarentena para quem chegasse de fora, entre muitas outras medidas.

Entre estados de calamidade e de emergência, novas medidas vão surgindo enfraquecendo a propagação e fortalecendo o isolamento e distanciamento. O país confina-se dentro de casa. Adultos e crianças convivem agora no mesmo espaço de dia e de noite tentando levar as suas vidas da forma mais normal possível com os constrangimentos a que obrigam uma situação destas. A casa torna-se escola, local de trabalho e lugar de lazer.

Impreterivelmente, tudo isto gera um impacto económico muito grande. Pessoas em trabalhos precários encontram-se em dificuldade para assegurar a sua subsistência e a dos seus. Várias áreas socioeconómicas sofrem com encerramentos e restrições. As famílias menos favorecidas têm dificuldade em gerir as aulas à distância por falta de meios técnicos. E o vírus também se espalha por pessoas e lugares vulneráveis.

O governo foi trazendo resposta através de alguns subsídios de apoio financeiro individuais e às empresas e ao longo do ano de 2020 os casos diários vão subindo e descendo. Para combater a situação, são levantadas restrições em fins de semana e feriados. Novas estirpes surgem e doentes assintomáticos não ajudam à contenção do contágio.

No dia em que o país entra novamente em estado de emergência, a 9 de novembro de 2020, o *Jornal da Noite da SIC*, conduzido pelo jornalista Rodrigo Guedes de Carvalho, abre assim: “depois de meses e meses de inícios angustiantes, permitam-me confessar a alegria que sinto. Hoje posso dizer que há uma luz ao fundo do túnel. Desta vez, é mais do que uma simples esperança. É uma realidade que aponta para uma solução. A norte-americana *Pfizer* e alemã *BioNTech* anunciam que a vacina anti-covid que estão a desenvolver tem uma eficácia de 90%. Deverá ser produzida aos milhões de doses ainda este ano”. (Duarte et al., 2022, p. 68)

Diante das palavras encorajadoras do jornalista, começa a ver-se uma luz ao fundo do túnel. Aos serviços de saúde pública juntaram-se autarquias e serviços

militares numa luta coletiva a fim de terminar com este momento menos bom danossa história.

O Natal de 2020 foi celebrado ao ritmo da realização de muitos testes Covid, com extremo cuidado e com mais restrições de deslocação. E, no final do ano, começou processo de vacinação. Claro que isso não acabou com a propagação. Foram necessárias inúmeras renovações de estado de emergência, uns mais austeros que outros. E, finalmente, depois da imposição surgiu a responsabilização. Os cidadãos precisariam agir com prudência.

Outros países conseguiram gerir a pandemia e com os números a descer, a vida começou a regressar ao normal.

Para concluir, nem o mundo nem Portugal estavam preparados para algo assim. Hospitais sobrecarregados, profissionais exaustos, vidas que se perderam, aumento de problemas na saúde mental. A saúde pública revelou as suas fragilidades.

A ciência sozinha não pode controlar uma pandemia. A longo prazo, a divulgação ativa da ciência ao público e aos decisores é fundamental (...) não há dúvida que uma estratégia baseada na unificação, no envolvimento público e na tomada de decisão informada são três passos estruturantes para melhorar no futuro o controlo de emergências de saúde pública. O diálogo entre a ciência é fulcral. (Duarte et al., 2020, p. 199)

2.3 Jornalismo em tempo de pandemia

Antes de compreendermos como os jornalistas trabalharam e até viveram, considero pertinente abordar algo que continua, até hoje, no site do Sindicato dos Jornalistas. No dia 14 de março de 2020, foi redigida uma nota do Conselho Deontológico sobre a cobertura jornalística em tempo de pandemia. Foi feito um apelo para que os jornalistas continuassem a providenciar informação sobre a evolução da pandemia sempre com respeito pelos princípios da deontologia. A transmissão das medidas de estado de emergência devia ser rigorosa. O alarmismo foi condenado já que se deveriam evitar situações de pânico. Os jornalistas deveriam ter consciência quanto à utilização da Linha Saúde 24 para efeitos de reportagens já que é um meio de urgência destinado aos infetados. O Conselho Deontológico alertou, ainda, para o respeito pela privacidade e a

não divulgação de imagens que exponham os doentes. O documento revela a preocupação inicial porque a data remete ao início da pandemia (ver Anexo 1).

Um mês depois, o Sindicato publicou, no dia 13 de abril, uma carta aberta aos diretores de informação sobre os critérios editoriais na cobertura jornalística da pandemia. Como responsáveis máximos, precisariam priorizar e escolher os conteúdos com respeito pelas regras deontológicas. Reforçam a ideia da nota publicada anteriormente para que se continue a respeitar a dignidade humana (ver anexo 2).

Nestas notas dirigidas aos jornalistas, percebem-se a preocupação e intencionalidade do Sindicato pela questão da cobertura da pandemia. E sabemos que antes da pandemia já o jornalismo mais rápido, mais interativo, muito mais próximo e global, que se começou a verificar com o avanço das tecnologias, levantavam as suas questões deontológicas. Camponez et al., (2020) defende que estas dimensões do jornalismo “suscitam problemas complexos que continuam sem ter uma verdadeira reflexão em termos deontológicos em Portugal” (Neves, 2017, p.329). Acrescentando a este fenómeno tecnológico um acontecimento como a pandemia, parece-nos razoável que advertências e diversas ações fossem feitas de forma a alertar e a consciencializar os jornalistas para a forma como deveriam noticiar.

Numa incursão pelo site do Sindicato, encontramos algumas dessas ações levadas a cabo durante o período de pandemia para defender e proteger o trabalho jornalístico. Em setembro de 2020 o Sindicato revelou que iria pedir audiências ao Presidente da República, ao Tribunal Constitucional e ao Ministério Público a propósito do acesso dos jornalistas à informação pois em algumas conferências de imprensa realizadas, só alguns órgãos foram convidados. Isto foi condenado pelo Sindicato que considerou uma violação à lei de imprensa. O Gabinete de Estudos Televisivos da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, realizou também em outubro de 2020, um *webinar* sobre “Uma informação em mudança em tempos de pandemia”. Em janeiro de 2021 foi realizado um *webinar* com o tema «Jornalismo em tempos de Pandemia» onde se debateram os desafios colocados aos profissionais de informação. Debateram-se questões éticas como o rigor, constrangimentos, redução de contacto com fontes, teletrabalho e desinformação.

Neste cenário, seria pertinente então contactar o Sindicato sobre uma eventual existência de processos ou queixas a respeito do trabalho jornalístico. Assim se fez. Porém a

resposta foi negativa. Não há registo de queixas que incidam sobre trabalhos jornalísticos a propósito da pandemia.

2.3.1 Alterações na rotina do jornalista

Iremos, agora, refletir sobre a forma como o profissional de jornalismo trabalhou e viveu durante o período de pandemia e precisamos debruçar-nos um pouco sobre o que mudou na rotina e, conseqüentemente, o que mudou na produção de textos, vídeos, imagens, áudios, etc...

O surgimento do vírus Covid-19, como vimos atrás, foi um acontecimento disruptivo, súbito para o qual nenhum governo, nenhum hospital, ou profissional estavam preparados e, por isso, erros foram feitos, decisões impactantes tiveram lugar e constrangimentos aconteceram.

No campo jornalístico, o ambiente ficou frenético com a informação a surgir todos os dias, ou seja, isso significa que os ritmos de produção aceleraram. Alinhamentos foram alterados, pois o número de reportagens ficou em suspenso uma vez que o novo tema associado a outros tantos temas de saúde tomaram lugar em manchetes e telejornais completos. As fontes tiveram de ser alargadas porque o impacto do vírus requeria a opinião de diversos especialistas. Abriram-se novas plataformas, criaram-se métodos de trabalho (Lopes et al., 2021). Além disto, os dados incompletos e, por vezes, contraditórios criavam uma preocupação grande de cuidados éticos no relato dos acontecimentos.

A televisão e a rádio foram as que mais recorreram ao trabalho presencial, porém para muitos, principalmente da imprensa, os domicílios tornaram-se as suas redações. Com as portas fechadas de diversas instituições, a relação com as fontes tornou-se diferente e mais precária.

Num inquérito realizado entre 22 de maio e 8 de junho de 2020 a 890 profissionais (ou seja, 13.3% do total de detentores da carteira de jornalista), verificou-se que muitos deixaram de fazer reportagens e a redação foi transferida para o domicílio. Adicionalmente, uma grande percentagem enfrentou a situação de redução das horas de trabalho ou suspensão de contrato e a tendência para a precarização intensificou-se (Camponez et al., 2020). Trabalhar em casa teve, claro, impacto a vários níveis.

Num contexto em que o local de trabalho passou a ser, de forma preponderante, o domicílio, 30,7% dos inquiridos que desenvolviam atividade admitiram que, durante a DEE (Declaração de Estado de Emergência), as responsabilidades domésticas prejudicaram o normal exercício da profissão. Esta perceção era mais elevada entre as respondentes do sexo feminino (34,4%), mais baixa para 28,6% os jornalistas do sexo masculino e preponderava entre os inquiridos que mencionaram ter dependentes ao seu cuidado. (Camponez et al., 2020 p. 26)

Além desta mistura de vida profissional com familiar, com muitos a terem de dar assistência a crianças pequenas, verificou-se outro fenómeno. Os jornalistas precisaram recorrer a novas ferramentas, aceder a novas plataformas criadas também para o efeito de fazer reuniões *online* e aceder de forma remota às redações. Foram adquiridos materiais de ligação à Internet, extensões de banda larga, *softwares* novos de gravação e edição e, também, novas ferramentas de proteção de dados e de segurança.

Ao mesmo tempo que abordamos esta questão do isolamento em casa e trabalho a partir do lar, é interessante sublinhar que, numa primeira fase de notícias, este era um tema bastante abordado nas próprias notícias. Falava-se como as pessoas viviam e estavam a lidar com esta quarentena obrigatória, o impacto na saúde mental, o teletrabalho e o ensino e as crises nos lares de idosos com muitos infetados e com a falta de visitas.

Mais tarde a crise económica foi alvo de notícias, juntamente com contextos laborais e o que, verdadeiramente, permaneceu igual por todo o tempo de pandemia foi a contagem de infetados e dos mortos. A ciência teve direito a ser escrutinada em dois momentos diferentes: num primeiro com as descobertas realizadas a propósito do efeito e impacto do vírus no organismo e na população e depois com o desenvolvimento das vacinas.

Em tempos de pandemia, a agenda noticiosa mudou. Vários campos ganharam grande visibilidade, principalmente o da Saúde, mas também os da Ciência, da Educação e da Economia. Temas que, até então, estavam na periferia da seleção noticiosa, iam sendo puxados para o topo dos alinhamentos, ora porque correspondiam a evoluções de um conhecimento científico que despertava interesse por poder ser a chave no ataque à pandemia, ora porque refletiam retratos de um Portugal confinado que subitamente enfrentava outro estilo de vida que importava retratar e enquadrar. (Lopes et al., 2021, p. 66)

No que diz respeito às fontes, as oficiais, como o governo e as autoridades sanitárias, sempre foram as mais requisitadas. No entanto, recorreu-se muito a especialistas como

médicos ou académicos que trouxessem explicações e alguma segurança ao público com o seu saber especializado sobre o assunto. Segundo o inquérito por questionário realizado entre 11 e 29 de maio de 2020 proposto por uma equipa de investigadores de várias universidades portuguesas a jornalistas, editores e diretores de informação a fim de compreenderem o impacto da pandemia no jornalismo e a forma como o reconfigura, as características mais valorizadas nas fontes relacionavam-se com a capacidade de comunicação, a notoriedade pública, a acessibilidade e proximidade e a informação que traziam. Protagonistas da televisão começaram a introduzir nas peças pessoas que falavam através de plataformas como *Zoom*, *Skype* ou *Teams*, facto que se manteve mesmo após o fim das medidas de confinamento (Lopes et al., 2021, p. 70). A linguagem médico-científica não é facilmente decifrável e ter formação e especialização oferecia confiança aos leitores/ ouvintes/ espetadores.

“As fontes oficiais estão habituadas a dominar o espaço público, através da influência exercida sobre as redações noticiosas” (Lopes et al., 2021, p. 21). Segundo as investigadoras das Universidades do Minho e do Porto, a pandemia veio desafiar tudo o que estava estabelecido. O que aconteceu não estava de acordo com o discurso político normal. Os jornalistas começaram a fazer pressão porque precisavam de respostas e as fontes nem sempre tinham respostas à altura das perguntas. Foram inúmeras as conferências de imprensa com a diretora-geral da saúde e a ministra da saúde, em dado período, existiu até um briefing diário. Até no final das reuniões com cientistas, eram os políticos que surgiam como porta-vozes.

Numa perspetiva política a pandemia constituiu um risco e uma oportunidade ao mesmo tempo que poderia diminuir ou reforçar a força de um partido que governava em minoria. Segundo as investigadoras “à luz dos objetivos políticos que tradicionalmente ditam as estratégias, o problema é que ao tentar capitalizar politicamente os ganhos na guerra contra a covid-19, as fontes oficiais contaminaram o debate público em torno da pandemia. Se conseguiram, em determinados momentos, colher dividendos políticos (SIC Notícias, 2020), houve outros em que se tornaram alvos fáceis. E, no processo, a comunicação perdeu qualidade” (Lopes et al., 2021, p. 22).

Na verdade, apesar de muitas pessoas enquanto profissionais ou até de forma pessoal terem o mesmo acesso às fontes que os jornalistas, é sobre a classe que recai a expectativa de obter informação com qualidade.

Se antes as tecnologias de informação já eram usadas, neste período tornaram-se essenciais. Além do vírus que perseguia a população mundial, circulavam notícias que se

tornavam virais muito rapidamente. As notícias falsas ou *fake news* não ajudam a manter o foco na verdade e na coerência. As redes sociais desenham algoritmos que operam, captam e comercializam dados e isso gera desinformação. Muitas vezes, o público opina e essa perspectiva pessoal torna-se uma verdade. No período de pandemia, os negacionistas, ou seja, as pessoas que negam factos que foram provados pela ciência ou mesmo documentadas com factos históricos, surgiram com grande força na propagação de ideias. Os próprios políticos foram agentes da desinformação, dentro de agendas políticas ou interesses pessoais.

Programas como “Polígrafo” da SIC revelaram-se um agente valioso no combate às notícias falsas. Jornalistas empenhados em desmascarar certas situações que geraram polémica faziam uma investigação minuciosa e revelavam a veracidade ou não da notícia.

No dia 18 de março de 2020, pouco tempo depois de Portugal entrar em confinamento, o Polígrafo já tinha desmentido factos que se revelaram falsos. Entre eles estava o aparecimento de uma vacina que curava a doença nos EUA; Cuba tinha inventado uma vacina que curou infetados na China; o ibuprofeno agravava a infeção; hotéis de Cristiano Ronaldo transformaram-se em hospitais; o coronavírus tinha sido criado para diminuir a população da China; ocorre sempre uma epidemia no ano 20 de cada século; a rede 5G é a verdadeira causa das mortes; a polícia chinesa resolveu matar a tiro os infetados. Estas são apenas algumas, de entre muitos outros exemplos que poderiam ser referidos. Entre elas há as que podem revelar, a priori, uma certa loucura. No entanto, existem outras que podem suscitar dúvidas (Sapo.pt).

Por causa disto, a própria DGS criou uma parceria com o Polígrafo e juntos lutaram contra a propagação das notícias falsas. Jornalistas e profissionais de saúde empenharam-se em trazer a verdade que ajudaria à disseminação de uma informação mais credível e assente em factos verídicos junto do público.

O Polígrafo usa algumas formas de *fact-checking* e foi uma solução positiva. Porém, o problema é bem maior do que qualquer solução porque durante a pandemia a maior parte do que era produzido *online* tinha-a como centro. A informação falsa é uma autêntica pandemia e propaga-se de uma forma incontrollável. Então, a literacia pode ser uma solução para que as pessoas avaliem o que é certo e encontrem informação credível. Qualquer que seja o objetivo, quem propaga este tipo de falsa informação não pode estar preocupado com o bem-estar geral. Nessa medida, as agências de *fact checking* são cada vez mais necessárias, independentemente de nos encontrarmos em tempo de pandemia ou não.

No que diz respeito à manipulação de informação com objetivos de ordem económica, podemos falar do artigo do Correio da Manhã do dia 5 de junho de 2020. O título era “Jornal Inglês manipula dados do coronavírus em Portugal para mostrar risco em viagens de férias.” A notícia mostrava que o jornal Inglês Daily Mail ocultou algumas verdades enquanto escolhia alguns destinos turísticos para os Britânicos. Dos destinos apresentados, somente Portugal e os EUA possuíam pior taxa de mortalidade que os Britânicos. O Correio da Manhã acreditou que havia manipulação pois ignoraram dados que os levaria a um número mais fidedigno, provando que foi usada parte da verdade no interesse geopolítico.

Ricardo Santos aborda a questão do “achismo” como uma das consequências da desinformação. “Nas redes sociais, cada utilizador é como se fosse um órgão de comunicação social, e cada um é como se fosse editor de si mesmo” (Santos, 2022 p. 12).

Um dos casos apresentados pelo autor é o de Donald Trump. O então Presidente dos Estados Unidos comunicou sempre através da rede social X (Twitter à data dos factos). A comunicação feita foi sem mediação, sempre cheia de opiniões pessoais frequentemente contrárias às dos especialistas. O Presidente Trump afirmava constantemente que não era médico, porém a sua opinião parecia quase ganhar um valor superior à dos médicos.

Para evitar tudo isto, importava que o público recorresse às fontes certas e no caso português e no que diz respeito às fontes de informação, segundo o *Flash Eurobarometer 494*, 71% dos portugueses quando questionados sobre qual a fonte em quem mais confiam para obter informações, por exemplo, sobre a vacina foram os profissionais de saúde, ou seja, médicos, enfermeiros e farmacêuticos; 62% nas autoridades de saúde, 13% na comunicação social e apenas 2% nas redes sociais (Santos, 2022, p. 24).

O jornalismo português não se destaca por grandes inconsistências ou erros deliberados. As informações menos verdadeiras estavam associadas a dados ou informações que, por vezes, foram divulgados ao início por ingenuidade ou desconhecimento. À medida que avançávamos, notícias iam sendo desmentidas e outros caminhos eram tomados. Como referimos atrás, a maior parte da informação tinha origem em fontes oficiais.

Claro que algumas críticas foram surgindo até mesmo da própria classe que se fez “num registo mais paternalista e moralista, mas é indiscutível que o trabalho que se desenvolveu foi aturado, permanente e diversificado em vários ângulos, o que, numa primeira fase, ajudou a atenuar o pânico e a convencer as pessoas a “ficarem em casa”. A

relevância e a missão de serviço público que o jornalismo assumiu foram inequívocos e isso fica como uma marca importante deste tempo” (Lopes et al., 2021, p. 70).

2.3.1 Questões éticas no período de pandemia

“Sejamos claros. O tempo da comunicação é o tempo da ética. A realização de uma sociedade da comunicação passa, forçosamente, pela realização de valores éticos. Neste sentido, comunicação é ética. Como realizar, então, essa sociedade da comunicação? Em que condições? Com que custos? Será essa realização exequível ou será que ela não passa de um ideal?” (Santos, 2022, p. 27).

No século XXI assiste-se a um nível de produção e acesso à informação sem paralelo com outro ponto da História. E o que antes pertencia a uma esfera mais privada está agora ao alcance de todos. Como já pudemos observar anteriormente, a pandemia veio exacerbar e transformar esse processo de comunicação.

Santos (2022) alerta-nos para uma situação sobre a comunicação como um fator que pode ser desestabilizador. Na guerra do Iraque em 2003, os Estados Unidos conseguiram depor Saddam Hussein mas, no plano da comunicação, perderam a guerra. A informação que saía acentuava a ideia de uma intervenção militar ilegítima e gerou um sentimento antiamericano ou até um sentimento de ódio ao Ocidente.

Na verdade, a informação pode ser muita, mas a comunicação revela-se um fracasso. E para que esta relação entre emissor e recetor aconteça de forma legítima, é imperativa a busca pelo ideal moral e ético.

No estudo realizado sobre os “Efeitos do estado de emergência no jornalismo no contexto da pandemia covid-19”, mais de metade dos jornalistas que concordaram responder ao inquérito consideraram que o trabalho e cobertura que se realizou nesse período levantou algumas questões éticas e deontológicas, nomeada e principalmente em tudo quanto se relaciona com a qualidade da informação. Quando se fala nesta qualidade, engloba o rigor da informação, a qualidade das fontes e também a independência em comunicar. Além disso, existem algumas situações relacionadas com os cidadãos: a sua privacidade, discriminação, identificação de pessoas (Camponez & Miranda, 2020, p. 61).

Ainda sobre outras situações em concreto, ou seja, sobre quais os princípios, valores e procedimentos que poderiam ter sido postos em causa durante a Pandemia, 80% deu

especial importância ao rigor, traduzido como o descarte de qualquer sensacionalismo, a distinção entre aquilo que é facto e o que é opinião, o desprezo pela censura e também a denúncia de comportamentos que coloquem em causa a liberdade de expressão e o direito de informar.

Os outros princípios evocados pelos jornalistas inquiridos foram:

- As fontes (luta no acesso à informação e combate às restrições; tempo de antena a partes que demonstram interesses; conceder opiniões e sigilo profissional);
- O contacto com as fontes ou testemunhas foi um assunto abordado por causa da exploração da vulnerabilidade das vítimas e das suas famílias, a garantia da segurança e tranquilidade num ambiente de confiança;
- A correção de informação inexata ou, até mesmo, falsa;
- A independência ao recusar certos trabalhos que a comprometam e a ação mediante a consciência individual;
- A privacidade dos indivíduos.

Como já foi referido anteriormente, ainda que não tenhamos encontrado polémicas que indiquem que a imprensa portuguesa tenha cometido algum tipo de ilegalidade, a ética é um assunto que acompanha a rotina do jornalista. O que é pretendido com este trabalho é perceber que tipo de questões foram levantadas para os editores e jornalistas aquando da publicação de artigos. Que questões surgiram ao longo do tempo e estudar a experiência pessoal como ponto de partida para a avaliação de situações alarmistas e decisões de publicar ou não certas notícias. Entender, através de entrevistas, quais os caminhos que se tomaram e que aprendizagens tiramos da pandemia.

Capítulo 3

Metodologia

Tendo como base os dois capítulos anteriores de revisão de literatura, surge este terceiro como uma explicação e justificação da metodologia adotada no âmbito da investigação e com o objetivo de chegar a conclusões.

3.1. Problemática, objetivos e hipóteses:

O tema deste estudo é a ética jornalística durante a pandemia e a questão principal relaciona-se com os desafios que se levantaram no período em causa e como os jornalistas os enfrentaram.

Propomos como objetivos principais: compreender a nova rotina com o trabalho em casa como foco; procurar saber como se estabeleceram o relacionamento com as fontes que estavam, naquele momento, fisicamente distantes; averiguar os comportamentos adotados face à demanda de informação e conseqüente velocidade em partilhá-la; perceber qual o trabalho efetuado na procura de veracidade de informação no meio de inúmeras notícias falsas que surgiram todos os dias; conhecer o caminho escolhido na administração do luto e dor das fontes e dos próprios profissionais; encontrar estratégias escolhidas para administrar dados incertos.

Os objetivos e questões colocam algumas hipóteses a considerar:

1. O tratamento da informação relativa à saúde ou a qualquer estratégia é muito mais cuidadosa do que na abordagem de outros temas com menos implicações.
2. A divulgação de dados obedece a regras impostas pelo governo, logo as fontes oficiais tornam-se as mais utilizadas pela comunicação social.
3. A saúde gera alarmismos e cabe aos editores e jornalistas trabalharem de forma a evitar o pânico.
4. As fake news dificultam o trabalho, obrigando a uma verificação constante.

Depois de nos depararmos com alguns inquéritos já realizados por outros investigadores, pensamos que a entrevista a profissionais podia trazer clareza e contexto. “Os entrevistados são normalmente pessoas que pela sua posição, ação ou responsabilidades têm um bom conhecimento do problema” (Quivy, 1997, p. 79). Pensando neste

pressuposto, revela-se importante ouvir de jornalistas a forma como protagonizaram o seu papel, viveram o período de pandemia e selecionaram as notícias.

As entrevistas não têm como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos, mas sim abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspetos de um dado problema, nos quais o investigador não teria decerto pensado espontaneamente. (Quivy, 1997, p. 79)

Foram, então, elaboradas questões invariáveis para todos os entrevistados que podem conduzir-nos à comparação com o que inferimos das leituras efetuadas e que nos ajudou a fazer um certo balanço do conhecimento do problema. Estas questões conduzem-nos a outros aspetos a ter em conta e concedem-nos uma visão mais ampla do campo de investigação.

3.2. Guião das questões

Foram oito questões que suscitaram respostas mais abertas e deram a oportunidade de comentar casos específicos. Seguem infra as questões colocadas aos jornalistas entrevistados, sendo que todas remetem ao contexto de pandemia:

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?
2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?
3. De que forma as *fake news* afetaram o trabalho?
4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?
5. Em algum momento deixou de publicar algo que achou que prejudicaria alguém ou, até mesmo, aumentar o alarmismo?
6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?
7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?
8. O que podemos aprender da cobertura de tragédias como estas?

Estas oito questões foram colocadas a oito jornalistas diferentes, de idades distintas, de regiões diferentes do país. No entanto, todos eles trabalham na imprensa. Esta opção deve-se ao facto de ser mais objetiva a comparação de dados quando estamos a falar da mesma área de trabalho e de desafios muito semelhantes.

Algumas entrevistas foram feitas *online*, através do *zoom*, gravadas com a devida autorização e outras, por opção dos jornalistas, eles próprios redigiram as respostas entre o período de junho e agosto de 2024. Assinale-se que as entrevistas no *zoom* renderam mais comentários e histórias, devido à interação entre os intervenientes.

3.3. Origens das entrevistas

Obtivemos respostas da Diretora Elisabete Rodrigues do jornal Sul Informação, que é um jornal regional do Algarve e Baixo Alentejo, independente, que atua de forma online e que existe desde 2011. Além da página na Internet, está presente em várias redes sociais. Segundo o *LinkedIn*, em 2020, ou seja, o primeiro ano de pandemia, o jornal atingiu um total de 24,3 milhões de visualizações. Ao longo destes anos, ganharam alguns prémios de jornalismo.

Da região interior, foram feitos contactos com o Diretor do Jornal do Fundão, Nuno Francisco e também com o chefe de redação, Filipe Sanches. É um jornal regional, um ícone na região, tendo sido fundado em 1946. É uma publicação semanal, muito respeitada por outros órgãos de comunicação nacionais e imprime para a região e para subscritores a residir noutros lugares. Também está presente em redes sociais.

Inês Cardoso e Inês Shreck, respetivamente diretora do Jornal de Notícias e colaboradora especialista na área da saúde, partilharam connosco os seus testemunhos. O Jornal de Notícias é um jornal com tiragem nacional, que existe desde 1888. Tem a sua sede no Porto e é um dos mais vendidos no país. É um jornal diário, também com presença *online* forte.

Sofia Craveiro foi estudante da UBI e é jornalista do Gerador, revista quadrimestral, sediada em Lisboa e com origem em 2014. É uma plataforma independente que aborda temas considerados fulcrais para a construção da sociedade. Recentemente, receberam um prémio por uma reportagem ligada à saúde assinada pela jornalista entrevistada.

Além destes, foi obtido o testemunho de Júlio Cruz, diretor do jornal Reconquista, de Castelo Branco, e também da jornalista Lídia Barata, que além de escrever para o

Reconquista também colabora com o JN. O Reconquista é um semanário, fundado em 1945, que não exclui o seu ideário de inspiração Cristã. Também tem presença *online* através do site e das redes sociais.

Estes jornalistas e as respetivas equipas dedicaram-se à cobertura da pandemia, uns mais ao nível nacional alcançando mais leitores e outros ao nível local e regional. Aliás, alguns afirmaram que, num primeiro momento, logo no início, era quase a única coisa sobre a qual escreviam. Entre notícias, reportagens e artigos de opinião de especialistas desenrolou-se o jornalismo nacional de imprensa.

É das respostas daqueles que estiveram incumbidos de nos informar que vamos extrair a informação que precisamos para podermos conhecer o caso português mais de perto. Trata-se de uma pequena amostra que revela, no entanto, um pouco do que percebemos ter sido vivido por todo o lado.

Capítulo 4

Estudo empírico

Todas as profissões têm o seu saber-fazer. Umas pedem mais requisitos que outras, mais qualificações e até mais preparação. Porém, a todas é solicitado o rigor e a boa conduta. Ser profissional e ser íntegro é o objetivo das regulações através de códigos deontológicos e de regras da profissão. Juramentos, éticas aplicadas, responsabilização estabelecem o caminho para a boa convivência em sociedade.

Como já refletimos anteriormente, tudo isto não é uma questão de hoje, mas algo meditado por antigos filósofos, pensadores e adaptado à evolução da Humanidade. Hoje, tenta-se ao máximo regular cada procedimento para que sociedades democráticas consigam sobreviver, tendo sempre em conta que a consciência de cada um será sempre a base de tudo. Existem regras, mas também existe a escolha individual de cada profissional de decidir por aquilo que lhe parece mais adequado para o bem geral.

O jornalista pauta hoje o seu exercício profissional por rigorosas exigências estabelecidas ao nível dos conhecimentos, mas também requisitos ao nível da integridade das condutas. Na perspetiva restrita do profissional da comunicação social, o seu desempenho individual como também os múltiplos relacionamentos que estabelece e sustenta – desde os colegas aos administradores, desde as fontes ao público – devem observar as normativas de ação que a própria profissão elabora num processo de autorregulação. (Neves, 2017, p. 11)

Já compreendemos que os jornalistas, na sua função prioritária de informar, podem ser verdadeiros auxiliares no combate a diversas tragédias. Têm a capacidade e dever pedagógicos de instruir as populações em concordância com profissionais ou técnicos das várias áreas. Neste compromisso com a verdade e com as pessoas verificámos, ao longo do segundo capítulo, que apesar de também verem alteradas as suas rotinas e enfrentarem os mesmos desafios que a restante população, o seu trabalho foi crucial na transmissão da informação que conduziu à luta contra a propagação da doença e à adoção de comportamentos preventivos e na mitigação de outros efeitos nefastos próprios de uma situação pandémica. O rigor da informação era crucial para que a população estivesse consciente do que fazer, mas também como fazer e quando fazer.

Impunha-se, por outro lado, prestar um auxílio às autoridades públicas no processo de

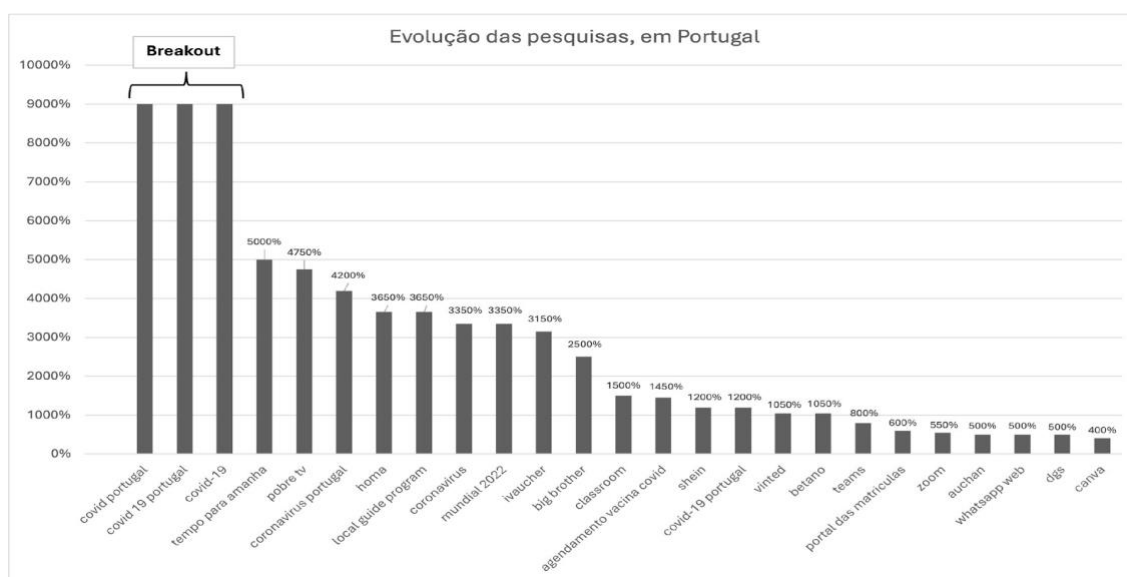
gerir os aspetos mais emocionais, designadamente, o medo, a preocupação e o pânico.

A grande questão colocada por este trabalho é sobre a gestão dos valores éticos e deontológicos no período da pandemia covid-19, tenho em conta todos os fatores inerentes a um jornalismo do século XXI. O vírus surgiu inesperadamente e depressa se propagou. Consequentemente, não houve tempo para pensar sobre como se ia desenrolar o trabalho, mas confiou-se na resiliência humana e capacidade de adaptação. Na verdade, pelo que observámos, iam-se fazendo escolhas consoante os desafios que surgiam. E, para fundamentar e até mesmo transportar-nos para a realidade, foram recolhidas entrevistas de quem esteve no ativo, viveu, sobreviveu e tem algo para contar.

4.1. Enquadramento de dados

Antes de procedermos a uma análise mais profunda sobre cada uma das perguntas e respetivas respostas, importa realçar que o período de pandemia foi, verdadeiramente, um tempo em que a procura por informação aumentou vertiginosamente. Para provar temos uma pesquisa ao *google trends* sobre as 20 palavras com maior crescimento de pesquisa entre janeiro de 2020 (aparecimento dos primeiros casos de covid em Portugal) e janeiro de 2023 (altura em que já não havia restrições e os números de covid já não eram fornecidos, pois o surto estava contido) em território português. Os resultados foram os seguintes:

Figura 1 - Gráfico sobre a evolução das pesquisas de palavras no período de pandemia em Portugal (elaborado a partir dos dados do *google trends*)



Em 20 palavras que os portugueses pesquisaram, os vocábulos relacionados à pandemia surgem sete vezes, nas versões: covid Portugal; Covid 19 Portugal; Covid 19; coronavírus Portugal; coronavírus; agendamento vacina Covid; Covid-19 Portugal. Os três primeiros lugares são ocupados pelas pesquisas de Covid, para as quais não há números, já que o *google* prefere não fornecer dados exatos e daí a utilização da palavra “*breakout*”, ou seja rutura. Nas outras, temos percentagens que ilustram a taxa de crescimento ao nível das pesquisas das palavras em relação aos volumes anteriores existentes no histórico do *index* da *google*. Isto demonstra um crescente interesse e que continuou durante, pelo menos, três anos. Para compreendermos o espaço temporal em que mais houve incidência da pesquisa, foi realizada uma procura mais específica onde foi colocada apenas a palavra “Covid”, como palavra pesquisada em Portugal entre dezembro de 2019 e outubro de 2022. O gráfico seguinte mostra essa evolução:

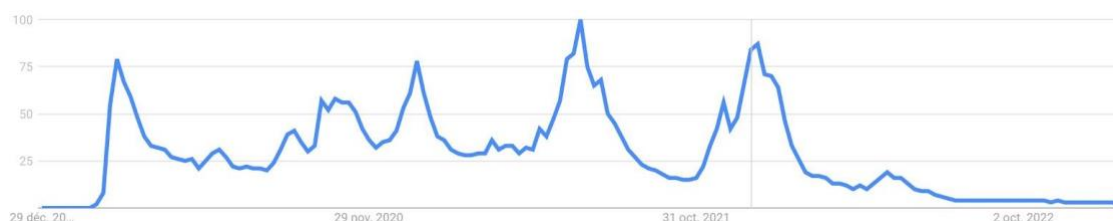


Figura 2 - Gráfico da evolução da pesquisa dos portugueses no google da palavra “Covid” (resultados do *google trends*)

Passamos de zero pesquisas a um aumento vertiginoso no início de 2020. Foi oscilando ao longo do ano, atingiu um pico pelo verão de 2021 quando Portugal vivia uma nova vaga e novas restrições foram impostas, prorrogando o estado de calamidade até 25 de julho desse ano. Pelo segundo semestre de 2022 já não há praticamente valores relevantes, já que a pandemia estava, aparentemente, contida e as vidas regressaram à normalidade, sem restrições.

A apresentação destes dados confirma a necessidade de informação que a população sentia para a qual a comunicação social trabalhava para corresponder, não só às expectativas como à demanda.

4.2. Análise qualitativa e quantitativa de cada questão

Já que os jornalistas inquiridos nesta pesquisa vêm todos da imprensa, é importante

verificar que, apesar da fragilidade da escrita em papel que se começou a viver em anos anteriores, no caso de Portugal “apurou-se que o recrudescimento das vendas e circulação em banca do papel se havia tornado bastante óbvio durante o primeiro semestre de 2020” (Cardoso et al., 2021. p. 19). Quanto ao digital, o Expresso e o Público tiveram um aumento de visualizações e o Correio da Manhã e o Jornal de Notícias foram os preferidos dos portugueses (Cardoso et al., 2021).

Achámos pertinente, antes de apresentar o conteúdo das entrevistas, fazer uma incursão pelas palavras mais utilizadas pelos interlocutores. Utilizámos, assim, um software que determina a contagem e densidade de ocorrências. Isso revela-nos o foco do discurso e as palavras-chave que dominam este trabalho sobre a pandemia, a informação e os desafios éticos. Foram, então, retiradas palavras menos importantes como palavras de ligação e os resultados apurados revelam surgimentos no discurso mais de dez vezes. Segue uma tabela ilustrativa:

Palavras	Incidências
Pessoas	62
Informação	42
Fontes	40
Trabalho	29
Jornal	26
Casa	25
Pandemia	23
Redação	20
Saúde	19
Jornalistas	19
Dados	17
<i>Fake news</i>	16
Jornalismo	16
Período	15
Publicar	15
Científico	15
Contexto	14
Casos	14
Caso	14
Contacto	13

Cuidados	13
Escrever	13
Público	13
Oficiais	12
Temas	12

Dificuldade	12
Notícias	11
Discurso	11
Éticos	10
Alarmismo	10
Sensacionalista	10
Cobertura	10

Tabela 1 - Número de ocorrências das palavras mais utilizadas pelos jornalistas entrevistados

Todas estas palavras têm conexão com as questões elaboradas e respetivas respostas e daí a sua repetição, no entanto, há alguns reparos a efetuar. O vocábulo “pessoas” tem uma incidência forte, sendo a que surge mais vezes e tudo isto é, realmente, acerca de pessoas – as que ficaram doentes, as que informaram, as que receberam a informação, etc. E é desta relação entre seres humanos que surgem os conflitos e as necessidades de regras deontológicas e éticas para preservar as boas relações e a liberdade individual que não prejudique o outro.

Importa também frisar que se deu preferência à palavra “pandemia”, em desprimor da palavra covid ou coronavírus. A pandemia marca não somente o facto de ter-se propagado pelo mundo inteiro, mas é como se marcasse um período das nossas vidas e, por isso, se fala tanto do período de pandemia. Na verdade, é uma pandemia por coronavírus ou Covid 19, mas, para esta geração, não existiu outra e então quando se fala em pandemia remete-nos para esse período da nossa história, pelo menos até ao momento.

Como sabemos, o trabalho remoto tornou-se uma prioridade para as empresas, desde que fosse possível de concretizar. Logo, os jornalistas também experimentaram esta realidade e, em resposta, à primeira questão: temos um empate. Quatro responderam que foi maioritariamente em casa e quatro na redação. Na verdade, depressa constatamos que os quatro que afirmaram convictamente ter trabalhado nas redações

foram três diretores e um chefe de redação. Destes quatro, os que justificaram fizeram-nos perceber que estava relacionado com a posição de liderança e gestão. Preferiram dirigir os trabalhos a partir da redação. Quanto à forma como contactaram as fontes, nem todos responderam à questão porque alguns nem trabalharam com fontes devido à posição de chefia, porém 5 dos inquiridos referiu o contacto telefónico como primeira opção e também 5 referiram o *zoom* e o *email*.

Interessante realçar a resposta do diretor do Jornal do Fundão, Nuno Francisco, que achou que a porta do jornal deveria continuar aberta na tentativa de dar uma ideia de normalidade. Isso era muito o que as pessoas procuravam num esforço de responder a algo que tinha alterado completamente a rotina, até mesmo, dos mais novos.

A segunda pergunta remete-nos já para a questão central deste trabalho, procurando perscrutar os cuidados que foram realizados na tarefa de informar. Palavras como “verificação”, “confirmação”, “rigor” e “cruzamento de dados” sugerem que uma das principais preocupações prendeu-se com o *fact-checking*, ou seja, 4 jornalistas afirmaram este facto como o principal desafio e um referiu-se mesmo à enorme quantidade de *fake news* que surgiam um pouco por toda a parte. Dois também abordaram o problema da privacidade, ou seja, consideraram importante a não revelação de identidade ou, até mesmo, nacionalidade.

Elisabete Rodrigues sugeriu aos colegas que jamais abordassem a questão da nacionalidade dos infetados, pois considerou que poderia ser um fator discriminatório, entre outros que já aconteciam entre a população algarvia.

A questão dois conduz-nos diretamente ao tema da terceira: as *fake news*. E, se nas respostas anteriores, vemos uma grande preocupação pela verificação, nesta percebemos que nem sempre essa verificação estava ligada a este fenómeno das notícias falsas. Já tínhamos visto, aliás, que só $\frac{1}{4}$ dos inquiridos se referiu a isso. Na verdade, 5 pessoas responderam que as *fake news* não afetaram o seu trabalho diretamente. Sugeriu-se, até, que afetava a opinião dos leitores que poderiam ficar confusos ou ver as suas opiniões influenciadas erradamente. Ao refletirem sobre este tema, foram apresentadas algumas soluções encontradas para gerir este fenómeno das *fake news*: a seleção da informação; o cuidado com a confirmação junto de fontes e a insistência com as fontes oficiais, que consideravam ter as respostas e os números corretos. No discurso dos entrevistados, a propósito deste tema, surgem-nos outros vocábulos associados: “negacionistas”, “sensacionalistas”, “boatos” e “diz que disse”.

A propósito de desinformação, Sofia Craveiro relembra um primeiro momento aquando do início da pandemia, quando as pessoas acharam que os supermercados ficariam

vazios e invadiram-nos e compraram tanto quanto podiam. Essa situação, sim, conduziu a prateleiras vazias e falta de alguns recursos. Inês Shreck, que trabalha há dez anos nesta área da saúde, revela em dois momentos da entrevista que passou demasiado tempo a confirmar informação e que, no seu entender, isso pode ser uma verdadeira barreira para os profissionais de comunicação.

Acerca da questão 4 que abordava a proximidade com vítimas ou familiares de vítimas, ¾ dos nossos inquiridos não lidou ou, simplesmente, escolheu não lidar. Uns, pelo cargo que ocupam, não desenvolvem esse tipo de trabalho e outros porque não acharam ser esse o caminho editorial. Dois destes mostraram preocupação em contar a história de sobreviventes. Dos que lidaram com alguns casos, sugeriram respeito e interesse em não provocar sensacionalismo.

Elisabete Rodrigues, do Sul Informação, relata o caso da morte da mãe de uma escritora famosa no Algarve e reporta as suas dúvidas em publicar ou não, já que não tinha sido a figura pública, mas um familiar a falecer. Quando resolveu fazê-lo, decidiu questionar presidentes da câmara e outras figuras menos ligadas à vítima de forma a não incomodar o luto da figura pública em questão.

Quanto à decisão de publicação com a consequência de poder gerar alarmismo, os jornalistas mostraram-se perentórios pelo não. Afirmaram não terem deixado de publicar aquilo que para eles é considerado “verdadeiro”, “factual” e “confirmado”. Segundo os entrevistados, tudo o que interessava à população e consideravam importante, foi redigido e transmitido.

A jornalista Lídia Cruz de Castelo Branco considerou que a informação que trataram tinha um valor pedagógico e não tanto alarmista. Acredita que existiu “um intuito de ajudar as pessoas a manterem-se alerta”.

Ainda relacionado com esta questão, dois jornalistas referem que, devido à rapidez com que a informação tinha de ser dada, ou à ansiedade do público, a consequência de os jornais deixarem de publicar este ou outro assunto ou dedicarem-se a outros temas ou causas, conduzia a que fossem contactados pelo seu público de forma a questionar o porquê de lerem as informações noutros lugares e de eles não fornecerem as mesmas notícias.

O sensacionalismo é, segundo o dicionário Priberam, a divulgação de notícias exageradas ou que causem sensação, ou seja, são dados que podem provocar uma grande sensibilização na população que os lê. Muitos jornais utilizam esta medida para criar audiências e gerar mais lucro, porém é condenado pelo código deontológico do jornalista

(ponto 2). Como é que se pode praticar o jornalismo, então, sem apelar ao sensacionalismo e, ao mesmo tempo, procurar aumentar o número de leitores?

Se é possível escrever sem apelar ao sensacionalismo, os jornalistas entrevistados no âmbito deste trabalho, afirmaram todos que sim. Um deles descreveu o sensacionalismo como “exploração” e dois outros afirmaram ser uma “obrigação” do jornalista escrever sem apelar a isso.

A propósito disto, Elisabete Rodrigues lembrou o primeiro caso de covid registado no Algarve. Tratou-se de um professor que importou a doença de Itália, onde passava férias. No regresso ao trabalho, contaminou alguns colegas, dos quais um veio a falecer devido a complicações cardíacas. Na altura, o Correio da Manhã divulgou imagens e nomes, o que conduziu a situações de ameaças, culpabilização e trauma, facto este condenado pela jornalista que considera estas situações desnecessárias.

A penúltima questão relaciona-se com algo também explorado no capítulo anterior, que é o discurso científico e a sua interpretação. Será que é difícil traduzir esta linguagem mais técnica? Dos 8 jornalistas, 5 disseram que sim e três apresentaram perspectiva contrária. Os que nos deram uma resposta negativa, sentiram-se mais confiantes com o discurso devido às fontes que usaram que ou eram oficiais e conseguiam explicar os temas numa linguagem mais acessível ou eram médicos e especialistas experientes em comunicação; um deles porque trabalha nesta área há cerca de uma década e sente-se confortável com os termos e outro disse não ter realizado nada mais técnico que exigisse muita sapiência. Um dos inquiridos, oriundo de um jornal regional, frisou que sendo um meio de comunicação mais local, não é possível ter jornalistas especialistas em áreas mais específicas. Logo, a profissional acredita que “os jornalistas têm de ter a capacidade para aprender (...) perceber para depois traduzir isso para quem vai ler e se não percebermos, vamos perguntar a quem possa explicar e ter acesso e não ter medo de fazer perguntas.”

Finalmente, surgiu a questão da reflexão sobre o futuro: o que se reteve, o que se aprendeu, o que se pode mudar. Este é, afinal, o objetivo deste trabalho de investigação: o que aconteceu no caso português e que nos possa fazer refletir para um melhor desempenho no futuro. A cobertura precisou ser rápida, imediata, constante. Diante de respostas diferentes, mas que convergem num mesmo assunto: é em momentos como este que se prova ainda mais que a ética e a deontologia devem reger o trabalho jornalístico. Vamos colocar por pontos um resumo das várias ideias e reflexões sugeridas pelos jornalistas intervenientes, que possam também conduzir-nos a uma reflexão e exploração em futuros trabalhos:

- A deontologia e a ética são fundamentais;
- É muito difícil ganhar a confiança do público, mas perdê-la acontece muito rapidamente;
- Nenhuma rede social substitui o trabalho jornalístico;
- Não vale tudo na profissão para ser o primeiro a dar notícia, pois tudo exige tempo de confirmação e reflexão;
- A credibilidade é adquirida através da utilização da ética;
- A pandemia abriu um caminho para a literacia da saúde;
- As *fake news* e o negacionismo ganharam muito terreno na pandemia e, então, torna-se indispensável trazer à população um jornalismo sério e este tipo de jornalismo vai ajudar as pessoas a criarem opiniões sérias;
- É possível trabalhar tão bem a partir de casa, como a partir da redação.
- Os jornalistas perceberam que são detentores de uma capacidade grande de adaptação e resiliência;
- É muito importante a existência de um jornalismo de proximidade para as pessoas sentirem mais segurança e proteção no meio de algum ruído noticioso que as possa cercar.

4.3. Conclusões das entrevistas

Se uma futura geração que não experimentou as intempéries e dificuldades da pandemia lesse este trabalho, perceberia imediatamente que este foi um tempo de incertezas, dúvidas, medo, ansiedade face ao desconhecido que teve repercussões na economia, na saúde, na sociedade, nos governos e em cada um individualmente. Na verdade, há registos de muita procura de auxílio na área da saúde mental.

Novos desafios carregam novas oportunidades a vários níveis. E o jornalismo já desafiado anteriormente pelo desenvolvimento das tecnologias, pelo uso da Internet, pelos novos modelos de negócios, encontrou também na pandemia novas formas de trabalhar, novas ferramentas e, conseqüentemente, novas problemáticas.

Percebemos, pelos dados do *google trends*, que a procura de informação era grande, exigente e alguns meios de comunicação viram-se alcançar números nunca antes alcançados no acesso às suas páginas. Era como se o jornalista não pudesse parar de produzir ou ficava para trás neste objetivo de ganhar audiências e confiança.

A falta de acesso direto a algumas fontes por causa do confinamento e restrições; informação nova a surgir em segundos; linguagem científica e médica que nem sempre foi facilmente compreendida, dados estatísticos para serem lidos, falta de tempo para

investigações mais completas e profundas; deterioração das condições de trabalho; aumento da desinformação e controlo governamental sobre a informação e tratamento de assuntos delicados de saúde, morte e tragédia são alguns dos pontos que abordámos e que vemos como principais desafios do trabalho jornalístico.

As hipóteses foram lançadas e depois de uma análise dos inquéritos apresentados no capítulo anterior a que juntamos as respostas das entrevistas, permitimo-nos chegar a algumas ideias que podem ser um contributo para um estudo mais profundo ou investigações futuras daquilo que pode vir a reconfigurar o jornalismo português.

Vimos que a prática de trabalhar a partir de casa permanece e não parece ser um problema para os profissionais ou para quem os dirige a partir das redações. As fontes podem ser contactadas via formato digital, porque cada vez mais há ferramentas e aplicações que permitem acessos, gravações e obtenção de guiões de forma rápida e eficaz.

Ainda a propósito de fontes e mesmo dos sujeitos que se tornam o tema da notícia, existe uma preocupação sobre a invasão de privacidade ou identificação. As fontes oficiais foram priorizadas pelos jornalistas e de acordo com o *Flash Barometer*, os leitores também preferiam ouvir especialistas mais do que vozes especulativas. Logo, para os jornalistas, a escolha das suas fontes dizia muito sobre a confiança que o público poderia ter ou não ter neles.

A desinformação, segundo os relatos que recolhemos, não prejudicou diretamente o trabalho dos jornalistas que não precisaram fazer desmentidos. Porém ocupou o tempo que poderia ser usado para muitas outras coisas úteis. Gerou-se uma pandemia de informações de todos os tipos que precisou ser combatida como se do próprio vírus se tratasse. Diz-nos Santos (2022, p. 3) que “este «combate» à desinformação, que ocupa tanto os ambientes físicos como os digitais, tanto os intermediados (meios de comunicação social) como os desintermediados (redes sociais), tem por base os seus efeitos na confiança e na adesão dos cidadãos às medidas de saúde pública”. Se conseguissem desmistificar e apresentar a verdade, os jornalistas conseguiriam a confiança do público e uma maior influência para que as medidas fossem postas em práticas e, desta forma, se contribuísse para o desaparecimento mais rápido do vírus.

Ainda que tenhamos consciência que muitos órgãos de comunicação optam por criar mais sensacionalismo que outros, a responsabilidade continua a ser da consciência do profissional ou do grupo que representa. Condenado pelo código, o sensacionalismo, num período sensível como o da pandemia, conduz a riscos desnecessários e fere

vulnerabilidades. Nenhum profissional se tornou especialista de covid de um momento para o outro, no entanto já havia experiência com outro tipo de tragédias: incêndios, acidentes naturais ou não, terrorismo, guerras. Os entrevistados revelaram, nesta área, um sentido de responsabilidade e dever como se estivessem cientes que esta estratégia de fazer as coisas não faz parte das suas escolhas de trabalho.

Em Portugal, a narrativa utilizada para relatar os acontecimentos que se iam desenvolvendo não foi alvo de processos judiciais ou queixas a propósito, logo, os profissionais revelaram algum cuidado com o que transmitiram e com uma população assustada e sedenta por informações. A ética surge como uma arma poderosa entre o que se quer transmitir e o que é rececionado, de forma a que emissor e recetor fiquem na mesma página de respeito e interesse. E se o jornalismo é uma missão, como lemos em tantos autores, então deve continuar a ser uma missão salvaguardada por valores de verdade, justiça e transparência. Na verdade, por vezes, surge uma preocupação pelo que se deve levar ou não à população e do outro lado a insistência sobre aquilo que cada um quer consumir. O público tem vontades que não vê plenamente satisfeitas e o jornalista faz escolhas que considera ser as melhores. Nem sempre essa relação está em concordância.

Conclusão

Este projeto teve como principal objetivo refletir sobre a preocupação dos jornalistas com a ética no período de pandemia do Covid-19. A questão principal visou aferir a forma como estes profissionais responderam aos desafios impostos por um período jornalístico desafiante e diferente. Para cumprir os objetivos, tentou-se perceber através de leituras sobre o assunto e entrevistas com jornalistas no ativo no período de pandemia, quais os principais obstáculos ou desafios encontrados, as respostas dadas e como isso alterou as suas formas de fazer jornalismo.

Mas porque é que é tão importante falar de ética ou moral? Fomos procurar respostas em pensadores desde a Antiguidade à Modernidade. Numa perspetiva Aristotélica, a ética tem como finalidade fazer o bem. Para Kant, a moral implica uma obediência às normas instituídas ou, mesmo, às leis. A ética é o bem que se pensa e a moral é o que é obrigatório. Ricoeur une as duas, pois ambas as dimensões refletem sobre as ações do ser humano, que é perfeitamente capaz de mudar o seu caminho e também de se responsabilizar pelos próprios atos.

Não vivemos isolados em ilhas, estamos rodeados de pessoas e o contacto com o outro implica bons procedimentos e decisões, pois tudo o que fizermos terá consequências para nós, para o outro e também para a sociedade, em geral. Levar o outro em consideração e saber estabelecer o diálogo traduz os valores éticos que carregamos.

O trabalho é um elemento da civilização: “o mundo do trabalho apresenta-se como uma comunidade de homens e para homens, como um sistema de relações em que os destinatários objetivos do processo produtivo organizado pelos trabalhadores profissionais são outros seres humanos” (Fernandes, 2022, p. 950). Consequentemente, os trabalhos são regidos por direitos e deveres, que conferem tranquilidade, segurança e previsibilidade a quem pratica e a quem sofre a ação.

No âmbito da comunicação social esta realidade não é diferente. Os profissionais comprometem-se com o próprio Código Deontológico e tornam-se responsáveis pelas boas práticas profissionais. Claro que muitos surgem ligados aos interesses crescentes dos órgãos que representam e das empresas que os sustentam, que podem minimizar ou relativizar os seus poderes de escolha.

Dos jornalistas requer-se a informação, que se pretende que seja verdadeira, clara, objetiva, transparente e sem opinião e o jornalismo acontece com o auxílio dos meios

tecnológicos e com ausência de limites políticos que permita essa circulação livre de informação que o cidadão procura (Neves e Silva, 2017).

A comunicação social enfrenta desafios económicos significativos, como cortes orçamentais e a quebra de receitas publicitárias. Além disso, há uma dependência crescente das instituições que a financiam, muitas vezes com interesses pessoais envolvidos. No campo político, os media são frequentemente utilizados como ferramentas de influência sobre a população. Por outro lado, surgem questões ligadas à privacidade individual, à relação com as fontes e ao uso de tecnologias que facilitam a manipulação de imagens e textos. A velocidade com que as notícias são divulgadas nos dias de hoje também contribui para aumentar esses desafios.

No entanto, ela pode muito bem estabelecer-se como um contrapoder que regula os outros poderes que a desafiam constantemente: o poder político e o económico. Na verdade, se existisse uma idoneidade deontológica de empresas e profissionais, com a demanda dos cidadãos pela utilização de uma boa ética, a responsabilidade social seria mais fácil de exercer e chegar-se-ia à outra finalidade que a comunicação social tem: formação e transmissão de valores (Neves e Silva, 2017).

Se o caminho é árduo entre tantos interesses, vontades e exigências, há temas complexos que envolvem muitas nuances, como é o tema da saúde: um assunto delicado, que nem sempre traz conforto em falar sobre ele e toca todas as camadas ou estratos sociais. Os governos têm as suas medidas que estão constantemente a ser colocadas em causa, a propagação de doenças que hoje acontece muito mais facilmente devido à globalização e livre circulação e também o caminho para a cura de certos males que nos assolam. Polémicas com farmacêuticas e reivindicações dos profissionais enchem a agenda jornalística. E, num dia que ninguém esperava: a pandemia.

Trabalhar durante a pandemia foi difícil e requereu coragem. Muitos não falaram somente do vírus, mas também foram atingidos por ele. Outros viram os seus colegas, vizinhos e familiares sofrerem as consequências do desemprego, doença, isolamento e até, mesmo, a morte. O estudo realizado sobre o contexto da pandemia em Portugal no segundo capítulo conduziu-nos a algumas respostas a objetivos que nos propusemos compreender: como se trabalhava, como se contactavam as fontes, como enfrentaram o lado negativo das tecnologias e também as restrições impostas. Falar com as fontes era um desafio maior do que num tempo normal sem regras. Deslocar-se poderia ser perigoso. Trabalhar com a família em casa torna a logística diferente. Escolher informação essencial em desprimor de tanta que surgia; averiguar factos; interpretar textos ou discursos mais técnicos e científicos; acompanhar a velocidade com que as

notícias e os números surgiam - tudo isto fez parte da nova rotina durante a pandemia.

Num tempo diferente, inconstante e que ninguém sabia bem quando terminaria, pensamentos sobre como agir corretamente, ou seja, eticamente faziam parte das escolhas diárias. Tanto assim é que o próprio sindicato apelou ao bom senso através de uma carta e de uma nota endereçados aos jornalistas, editores e responsáveis que esboçam as preocupações com a ação dos profissionais em tempo de pandemia. Solicitaram cuidado, rigor, apelaram para que cumprissem o dever de informar sem prejudicar ninguém e sem causar o pânico. O Sindicato lutou, também, para que a lei de imprensa fosse respeitada e que o poder político não impusesse nada que colocasse a liberdade de expressão em causa.

A informação tornou-se algo essencial, um mecanismo fundamental para que se pudesse entender como evoluía a pandemia, o que estava a ser feito para combatê-la, como funcionavam os confinamentos e tantas outras informações relevantes para que a população soubesse o que fazer. E o público que antes nem equacionava ler, ver ou ouvir notícias, viu-se obrigado a pesquisar informação. Os jornalistas eram intermediários, muitas vezes, entre o governo ou as autoridades sanitárias, os médicos, a força de intervenção, para a vacinação e a população em geral. A procura de notícias aumentou muito e a resposta precisou ser dada.

Ainda assim, podemos afirmar que não temos relatos de processos ou denúncias relevantes que pusessem em causa os valores éticos do jornalismo. No entanto, sabemos que os desafios estavam lá e que os jornalistas trabalharam para que fossem ultrapassados de alguma forma. Entrevistar jornalistas foi essencial e pensou-se, primeiramente, em dez entrevistas, porém, mesmo com algum tempo de antecedência e proporcionando prazos alargados aos inquiridos, as respostas não surgiram, apesar dos muitos contactos efetuados. Talvez, um maior número de entrevistas pudesse acrescentar algo a esta investigação. Um maior número de respostas dar-nos-ia perspetivas mais abrangentes que, com certeza, nos conduziriam a outras hipóteses e estudos mais profundos sobre soluções para os problemas que surgiram.

Foram oito os jornalistas de imprensa que partilharam connosco as respetivas experiências de trabalho durante essa época e que nos esclareceram como foi lidar com aquilo que já foi referido acima e que poderia ser um obstáculo. Privilegiaram as fontes oficiais, de onde vinham os números, na maioria das vezes precisaram contactar as fontes por telefone para não se deslocarem e cumprirem as regras. Selecionaram a informação, verificaram, despenderam tempo a confirmar dados e insistiam com as fontes oficiais. Não se viram diretamente afetados pelas *fake news* já que nenhum deles tinha memória

de ter escrito algo falso ou que precisasse de ser desmentido. Porém, tiveram dificuldades com o tempo que gastavam com ideias negacionistas, sensacionalistas e com boatos que surgiam. Conforme tivemos oportunidade de conferir no terceiro capítulo, os entrevistados foram unânimes em declarar que o sensacionalismo não pode fazer parte nem do trabalho nem de uma cobertura deste tipo e mostraram-se interessados em divulgar outros assuntos importantes que trouxessem um pouco de ânimo e encorajamento à população.

Parece-nos que os objetivos inicialmente traçados para esta investigação foram alcançados e as hipóteses confirmadas. Entendemos ter havido um cuidado com o tratamento da informação já que se tratava da saúde e poderia causar alarmismo e pânico; a divulgação de dados esteve dependente, essencialmente, das fontes oficiais e as notícias falsas tiveram a atenção dos jornalistas para que os factos comprovados e a verdade construíssem as notícias e não o oposto.

O caminho desta investigação levanta algumas questões tais como entender a forma como os valores da privacidade, da reservada intimidade, da confidencialidade coexistem com o bem geral de direito à informação e também a forma como os governos podem dominar e condicionar a transmissão de informação à população consoante os seus objetivos e agendas políticas são outros dois temas aliciantes. Além disto, este trabalho não insere sugestões para um cuidado ético futuro. Seria importante realizar um levantamento de ideias que auxiliassem o trabalho jornalístico num futuro evento ligado à saúde.

Existe um outro assunto que gerou bastante controvérsia, confusão e disrupção na população e no jornalismo em geral: as *fake news*. O surgimento das redes sociais intensificou ainda mais a disseminação dessas informações falsas, especialmente durante a pandemia, que proporcionou um ambiente propício para a sua rápida propagação. A origem, os objetivos, a forma como influenciaram negativamente a população e, provavelmente, espalharam medo poderiam ser investigados. Na verdade, neste trabalho falou-se de uma maior confiança em procurar um jornalismo sério e confiável e poderia estabelecer-se uma ligação entre a quantidade grande de notícias falsas e a vontade de saber a verdade através das notícias e de como o jornalismo pode beneficiar da situação.

Para terminar, gostaríamos de enfatizar que ainda que alguns investigadores defendam que o Código Deontológico pareça atual na sua base, mas não responde aos problemas novos que vão surgindo (Neves e Silva, 2017), no caso da pandemia os valores defendidos perante os obstáculos estão cobertos pelo código: a transparência, a busca pela verdade,

a defesa da privacidade, a relação com as fontes, o rigor, o abandono do sensacionalismo e a seriedade e responsabilidade de informar. Resta-nos pensar no ponto 6: “O jornalista deve recusar as práticas jornalísticas que violentem a sua consciência.”

Mais do que seguir regras e códigos, parece-nos que a consciência moral e ética individual é a última instância para procedimentos e condutas corretos. Na pandemia e outras tragédias, o respeito pelo outro precisa continuar a ser fomentado nas suas muitas vertentes. Porém, jamais esquecendo que o jornalista, raramente, trabalhará de forma independente e, muitas vezes, seguirá as linhas que alguém define e que seguirão interesses de várias ordens. O futuro está já à porta e com pandemias ou sem, esperamos que a moral e a ética pautem o trabalho daqueles que têm a missão de nos manter informados e nos quais confiamos que nos trarão clareza sobre assuntos menos fáceis, nos orientem, nos ensinem e nos ajudem, de alguma forma, a manter a sanidade diante de um mundo em constante mudança.

Referências Bibliográficas

- Araújo, L. (2005). *Ética uma introdução*. Estudos Gerais Série Universitária.
- Bastos, H., Zamith, F. (2012). *Ciberjornalismo modelos de negócios e redes sociais*. Edições Afrontamento.
- Bernier, M-F. (2004). *Éthique et Déontologie du journalisme*. Les Presses de l' université Laval.
- Camponez, C., Miranda, J., Fidalgo, J. Garcia, J. L., Matos, J. N., Oliveira, M., Martins, P. & Silva, P. A. (2020). *Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19*. Relatório. Sopcom.
- Camponez, C., Oliveira, M., (2021) *Jornalismo em contexto de crise sanitária: Representações da profissão e expectativas dos jornalistas*. Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, vol.39.
- Cardoso, G., Baldi, V., Paisana, M. & Quintanilha, L. T.(2021b). *Impactos do Coronavirus e da crise pandémica no sistema mediático português e global (Versão III)*. OBERCOM. Disponível em: <https://obercom.pt/impacto-do-coronavirus-e-da-crise-pandemica-no-sistema-mediatico-versao-iii-fevereiro-2021/>
- Changeux, J.P. (1996). *Fundamentos naturais da ética*. Instituto Piaget.
- Cortina, A. (1997). *10 palavras-chave em ética*. Gráfica de Coimbra.
- Duarte, R., Lopes F., Alves F., Aguiar, A., Monteiro, H., Pinto, M., Felgueiras, O. (2022) *Covid-19 em Portugal a estratégia*. Uminho Editora.
- Fidalgo, J. (2006) *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Universidade do Minho.
- Gonçalves Fernandes, A. (2022). *Ética Profissional, Deontologia Jurídica e Ética Judicial*.
- Gradim, A (2000) *Manual de jornalismo Livro de Estilo do Urbi et Orbi*. Universidade da Beira Interior.
- Kant, I. (1995). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Edições 70.
- Martins, M. (2023) *Pandemia e informação- o caso Português*.
- Neves, M., Silva, R. (2017). *Ética aplicada: comunicação social*. Edições 70.
- Lopes, F., Araújo, R., Magalhães, O., (2021) *Covid-19: uma pandemia gerida pelas*

fontes oficiais através de uma comunicação política, Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, vol. 40.

Lopes, F., Ruão, T., Marinho S., Coelho, Z., Fernandes L., Araújo, R., Gomes, S. (2013) *A saúde em notícia: pensando práticas da comunicação*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho.

Lopes, F., Santos, C. A., Peixinho, A.T., Magalhães, O. E. & Araújo, R. (2021). *Covid19: Uma pandemia que reconfigura o jornalismo?* Revista Media & Jornalismo, 21(39),57–75. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_3

Pinto, L. (2012). *A tríplice constituição da perspetiva ética de Paul Ricoeur*. Universidade Católica.

Priberam. (2020, December 20). Dicionário Priberam da língua portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>

Quivy, R., Campenhoudt Luc Van., (1997). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

Santos, J. M. (2012). *Introdução à ética*. Lisboa: Documenta.

Santos, R. (2022) *Desinformação e pandemia de Covid-19: o tempo da comunicação como ética*, Revista Jurídica Luso- Brasileira.

Sapo. (2020, março, 20). <https://poligrafo.sapo.pt/sociedade/coronavirus-as-24-fake-news-que-o-poligrafo-ja-revelou/>

Sindicato dos jornalistas. (2020, março 20). Disponível em: <https://jornalistas.eu/carta-aberta-aos-diretores-de-informacao-sobre-criterios-editoriais-na-cobertura-jornalistica-da-pandemia-da-covid-19/>

Sindicato dos jornalistas. (2020, abril 20). Disponível em: <https://jornalistas.eu/nota-do-conselho-deontologico-sobre-a-cobertura-jornalistica-da-pandemia-de-coronavirus-2/>

Sousa, J. (org) (2006) *Jornalismo, ciências e saúde*, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Traquina, N. (2002) *Jornalismo*, Quimera.

Apêndices

Transcrição das entrevistas

Entrevista a Elisabete Rodrigues, diretora do jornal *online* Sul Informação (junho de 2024)

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?

Em casa, nós fomos todos para casa. Por estarmos em casa, era difícil contactar pessoas porque muitas das fontes só estavam disponíveis mesmo através do telefone ou *online*, de outra forma não. Eu recorro-me que inclusivamente havia na altura uma conferência de imprensa que era semanal no início da pandemia aqui da proteção civil e aí era presencial. Mas nós íamos todos com todos os cuidados que naquela altura eram exigidos: mediam a temperatura, íamos de máscara. Toda a gente estava de máscara, mantinham a distância, etc, etc, mas na maior parte dos casos isso era raríssimo. Era mesmo raro haver coisas presenciais. Tinha de ser sempre de forma remota, fosse por telefone ou por zoom.

2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?

Nós temos sempre preocupações éticas como é lógico, mas num período tão difícil, levamos essas preocupações ainda mais a sério e aquelas questões, como por exemplo, não revelar a identidade das pessoas nem nada que pudesse identificá-las. Isso foram coisas que nós tivemos sempre de reforçar muito. Publicar ou não publicar e ter a certeza que não será provada estar errada. Mesmo eu sendo a mais velha do jornal e tendo colegas de 20 anos, todos tínhamos a mesma perceção de cuidado. Tinha uma colega a começar na altura e foi uma prova de fogo.

3. De que forma as *fake news* afetaram o trabalho?

O nosso trabalho não foi afetado, mas porque nós éramos muito rigorosos. Nós começamos a fazer uma coisa que inicialmente até era divulgada pelos canais oficiais que era aqui a nível do Algarve. A Administração de Saúde do Algarve tinha um mapa com os novos casos, com as pessoas que continuavam doentes e quem se curava. Havia a nível nacional uma conferência de imprensa que também era toda ela online feita pela

ministra da saúde e pela diretora geral de saúde. Criavam os dados a nível nacional, mas depois havia também a nível regional só que a partir de um determinado momento deixaram de fazer isso e de divulgar, por razões que, enfim...

Nós fomos o primeiro órgão de informação que deu a notícia do primeiro caso no Algarve a nível nacional umas semanas depois. Eu não me lembro já das datas, mas foi umas duas semanas ou três depois de começarem e a nossa fonte inicial não foi uma fonte oficial. Foi alguém que nos disse, e depois claro que fomos confirmar porque não íamos dar a informação sem confirmar. As fontes oficiais eram muito importantes e quando a Administração Regional de Saúde do Algarve deixou de divulgar esse mapa diário que toda a gente publicava, fizemos um mapa nosso como uma infografia e que dava um trabalho enorme.

Nós conseguimos oficiosamente, eram os dados oficiais que não nos eram fornecidos oficialmente. Nós tínhamos as nossas fontes porque havia muita gente que recebia por causa das suas funções e alguém nos fazia chegar. Posteriormente, púnhamos os dados todos nesse mapa e, claro, dava um trabalho enorme, mas nós tivemos sempre o cuidado de só dar notícias quando tínhamos confirmação oficial. Porque as pessoas já estavam tão assustadas com tudo que se nós fossemos fazer como alguns faziam nas redes sociais, sobretudo que qualquer boato já era verdade. Não estaríamos a fazer o nosso trabalho jornalístico e, sobretudo, não estávamos de certeza a prestar um bom serviço. E, portanto, nós fomos sempre muito rigorosos e, às vezes, até tínhamos pessoas que nos telefonavam ou que nos enviavam e-mails muito chateadas porque sabiam que a vizinha tinha covid e não estava nos dados e nós passávamos a vida a explicar às pessoas que os dados a nível nacional sobre a região não batiam sempre com os dados que nós divulgamos aqui a nível regional por cada concelho porque havia uma discrepância de horas. E as pessoas criticavam e chateavam-nos. As pessoas andavam muito stressadas e nós tínhamos a certeza de que as nossas fontes eram boas e, portanto, usávamos essas fontes, e como eu já disse, houve muitas situações que nós tivemos conhecimento e não dávamos informação. Não sei se se recorda que houve uma altura em que uma pessoa que fizesse uma festa, os vizinhos chamavam logo a GNR. Era proibido e, portanto, enfim, bastava que alguém tivesse a música mais alta em casa e até porque está sozinho só com o gato e o vizinho achava que estava a dar uma festa e chamava a GNR. E nós tivemos alguns casos de telefonemas e de emails e de outras informações que nos chegavam de situações desse tipo e nós íamos confirmar com as autoridades se era uma situação grave. Se era uma festa com 30 pessoas poderia ser grave, ou se era a família que estava toda em casa e queria ouvir música mais alta. Portanto, havia sempre muito cuidado e, sobretudo, muito cuidado para não alarmar as pessoas porque já bastava a

situação da pandemia.

Nós começamos a dar notícias de coisas ligadas à pandemia que fossem de alguma forma positivas, como movimentos de solidariedade. Sei lá, aquelas coisas que se organizaram dos vizinhos que iam fazer as compras para as pessoas idosas que não podiam ir. Também uma entidade que é o Algarve Bio Medical Center, que é ligada à Faculdade de Medicina da Universidade do Algarve e fazia muita investigação, e eles foram pioneiros em várias coisas desde formas de testagens que foram feitas aos idosos nos lares e eles depois acabaram por exportar, digamos assim, aquele sistema para todo o país e nós fomos sempre acompanhando esse tipo de coisas, com reportagens, etc. Para também dar algum alento às pessoas que não era só coisas negativas. Era que alguma coisa estava a ser feita porque senão nós próprios entrávamos em depressão.

Foi uma altura muito complicada porque os jornalistas estavam fechados digamos assim. Eu lembro-me por exemplo, que no dia dos meus anos tínhamos uma dessas conferências de imprensa lá na proteção civil. E eu disse aos meus colegas: “eu vou à conferência de imprensa para ver pessoas”. E, noutra altura, eu dizia que não ia por fazer anos e faria com certeza uma festa. Mas naquele dia eu não podia fazer festa nenhuma e isso também foi difícil para nós e o bom é que nós não somos muitos. Mas nós somos quatro jornalistas e mesmo estando separados fisicamente, estávamos sempre em contato através dos meios possíveis.

4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?

Sim. Quando começaram a surgir as primeiras mortes, por exemplo, nós tínhamos de ligar por exemplo aos presidentes de câmara que normalmente centralizavam a informação. Quando, por exemplo, faleceu a mãe da escritora Lídia Jorge, que foi um caso que foi muito falado por ser a Lídia Jorge e ela é uma pessoa que eu conheço muito bem há muitos anos, foi uma notícia que nos chegou por fontes mais ou menos informais. Eu só decidi dar a notícia depois de falar com amigas dela que eu tinha a certeza que estavam dentro do assunto e com o Presidente da Câmara de Loulé. Fomos fazer a notícia com todos os cuidados, porque a senhora que faleceu não era uma figura pública, mas sim a filha. No entanto, essa história até deu um livro muito bonito chamado “Misericórdia” da autora.

Também tínhamos, depois, uma coisa engraçada, pois havia pessoas nitidamente mais idosas que estavam sozinhas em casa e que nos começaram a ligar e como o meu número é o primeiro que aparece na ficha técnica do jornal, às vezes ligavam para mim. Eu via o número e como não conhecia podia ser uma fonte e eu atendia e as pessoas queriam

simplesmente falar com alguém, e queriam saber se os dados estavam muito maus.

Foi também com os meus colegas, acabamos por, às vezes, estar ali a fazer quase um trabalho de acompanhamento psicológico de algumas pessoas e houve uma altura que cerca de uma dúzia de pessoas faziam isso regularmente, o que também para nós enquanto jornalistas, e tendo família, sentíamos aquela solidão das pessoas e aquele medo. Às vezes deixava-nos um bocadinho abalados, mas, por outro lado, é interessante porque dá a ideia de que as pessoas viam no jornal uma fonte credível e uma voz credível. Não só ao nível das notícias. Isso também nos tem acontecido, por exemplo, nos incêndios, há muitas pessoas que ouvem falar do concelho em que está a arder e ligam para nós para lhes darmos dados mais adequados sobre se é na aldeia A ou aldeia B. Nós conhecemos melhor e na pandemia o facto de publicarmos o mapa era importante, chegava a ter mais de um milhão de visualizações e se nos atrasássemos eles ligavam para saber dos dados. Muitas vezes tínhamos o cuidado de dar algum enquadramento aos números, explicar que há mais casos, mas mais gente curada. Interessante que neste momento (20-06-2024) temos muitos casos em Portugal. Os dados continuam na DGS, mas já não existe a obrigação de publicar. Adaptámo-nos, porém, durante meses praticamente só dávamos notícias de covid de manhã à noite.

5. Em algum momento deixou de publicar algo que achou que prejudicaria alguém ou, até mesmo, aumentar o alarmismo?

Nós deixamos de publicar algumas informações sobre nacionalidade de pessoas que estavam doentes. Por exemplo, aqui no Algarve, houve algumas situações com imigrantes. Os imigrantes, infelizmente, são bastante mais ostracizados e estigmatizados por uma parte importante da população nos tempos que correm, e se disséssemos que aqueles casos eram de imigrantes, isso iria causar ódio e depois as pessoas iam ver alguém emigrante na rua e iam achar que tinha o covid. No início, fazíamos notícias de cancelamentos por causa do covid como as festas, as feiras, os congressos, depois as escolas que fechavam e tentávamos acompanhar todo o processo. Depois também a parte financeira, do que fechou do turismo, que acabou por sofrer imenso. O Algarve foi a região do país mais afetada porque é a que mais depende de uma coisa que tem a ver com pessoas que vêm de fora que é o turismo. Havia situações de desespero porque havia pequenos restaurantes que já não conseguiam fazer nada ou tinham acabado de fazer um grande investimento. Houve muitas empresas de gente jovem que faliu nessa altura porque tinham feito grandes investimentos com empréstimos bancários e, de repente, ficaram dois anos e tal sem conseguir prosperar e desapareceram do mapa, e nós fomos tentando acompanhar isso.

Acho que em outubro se celebra o Dia Internacional da luta contra a SIDA, e em 2020 a Direção Geral de Saúde divulgou os dados pois divulga sempre nessa altura. E nós todos os anos fazíamos a notícia, até porque o Algarve, a par de Lisboa e do Porto, é uma região onde há muitos casos. Nós publicámos essa notícia, e houve pessoas que diziam, às vezes de forma muito violenta, que já nos estávamos a desviar do assunto. Perguntavam quem nos pagava para desviar atenção e não falar do COVID. Foram tempos difíceis.

6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?

Sim claro. Aliás, deve ser isso que devemos fazer sempre: o sensacionalismo é exploração. Por exemplo, quando houve o primeiro caso no Algarve da família de Portimão que esteve de férias na Itália, um deles era professor e regressou à escola sem saber que estava contaminado. Um dos colegas tinha problemas cardíacos e faleceu. Alguns jornais, inclusive o Correio da Manhã, divulgaram as imagens das pessoas como se fossem uns criminosos que trouxeram de propósito a doença e mataram o colega. Como se esta história tivesse um vilão e uma vítima. Por causa disso, aconteceram situações de ameaças e deve ter sido um trauma muito grande. Essa informação culpabiliza e não interessa a ninguém. E, portanto, eu acho que sim que se pode dar a informação, não quer dizer que não tenha de se falar das coisas difíceis e tristes e complicadas das situações, mas não de forma sensacional. Tudo tem de ter equilíbrio e sobretudo tentando que haja informação verdadeira naquilo que se está a escrever.

7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?

Sim, houve essa dificuldade. Quando tínhamos que usar um mapa com dados, sabíamos que nem toda a gente iria saber interpretar, então tínhamos lá uma frase para explicar os dados e depois eram as questões todas científicas, mesmo propriamente ditas da doença. O que é um vírus, como é que se desenvolveram aquelas vacinas? Como descobriram a vacina tão rapidamente?

É uma investigação que já estava a ser feita há 30 anos, e que teve ali uma oportunidade para provar que era uma investigação que podia dar bons resultados, mas claro que nós fomos tentando esclarecer e, muitas vezes, até falando, por exemplo, com pessoas da Universidade do Algarve, que estavam ligadas a várias questões, com pessoas da classe médica e da administração profissional de saúde.

Outros médicos especialistas em questões, por exemplo, de tecnologia e de

epidemiologia, etc. E nós também começámos a participar naquelas conferências de imprensa que havia entre as 13h e as 14h por causa dos telejornais. Inicialmente só participavam os órgãos nacionais, as divisões, as rádios e os jornais nacionais e nós pressionamos muito mesmo e começamos a participar e a fazer perguntas concretas. Muitas vezes, as perguntas eram para esclarecer esse tipo de questões que havia sobre os dados e sobre as medidas que estavam a ser tomadas, que sentido é que faziam ou não, mas de fato, existe a questão de traduzir as coisas muito científicas e muito herméticas para que as pessoas em geral pudessem perceber, foi um trabalho que tivemos que fazer.

No jornal regional que é o nosso caso, é impossível ter jornalistas especializados em áreas específicas. Claro que todos nós temos áreas que costumamos escrever mais por uma questão de gosto pessoal e acabamos por nos tornarmos especialistas. O que eu acho é que os jornalistas têm de ter a capacidade para aprender e se eu não percebo algo, também não consigo escrever para ninguém. Primeiro tenho que, enquanto jornalista, perceber, para depois traduzir para quem me vai ler e saber que se não percebemos, vamos perguntar a quem nos possa explicar e não ter medo de fazer perguntas. Isso é uma coisa que o jornalista nunca pode ter.

8. O que podemos aprender da cobertura de tragédias como estas?

Eu acho que o que deve ficar claro é que é nestas situações, as nossas regras de ética e deontologia demonstram que são fundamentais e, portanto, têm que ser seguidas e, infelizmente, nem todos o fizeram. Mas eu acho que nessa parte é que os jornalistas têm de fato um papel muito importante porque apesar de toda a informação que circulava e circula nas redes sociais, as pessoas estavam agarradas aos jornais *online* e rádio para ouvir a informação porque sabiam que aquilo era verdade, e isso é um capital que nós não podemos desbaratar. E é muito simples: ganhar a confiança do público é muito difícil; perdê-la faz-se em 2 segundos, e eu espero que, de facto, isso fique bem claro na cabeça dos jornalistas. Há coisas que não deviam ser notícia porque são ingerências na vida das pessoas. Nem todos precisam saber da vida de políticos. Precisamos focar-nos, sim, nas suas funções.

Eu trabalhei durante 10 anos no Diário de Notícias entre 89 e fim de 99. E lembro-me que era uma coisa que eu achava absolutamente irritante. Eu trabalhava no Algarve. Fazia parte dos quadros, e tinha que ir para a praia no verão atrás dos políticos para ver com quem é que eles estavam e falar com eles. Sei que famosos expõem-se, porém questiono-me se precisamos saber de assuntos familiares que não sejam expostos por eles.

Entrevista a Nuno Francisco, Diretor do Jornal do Fundão (Junho de 2024)

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?

Na redação. Durante o confinamento na redação e em casa. Também vinha aqui à redação. Posso dizer que estava a meio gás, mas estava a menos de meio gás. Portanto, basicamente, muitas vezes estava eu e algum paginador, eventualmente, mas sim, eu vinha muito ao jornal.

Na maior parte das vezes, os jornalistas estavam em casa. Era tudo feito por sistema remoto, mas eu vinha também para dar a impressão que o jornal estava aberto, não gostava de ver o jornal fechado. Como nós tínhamos autorização, como jornalistas, para circular e para trabalhar, muitas vezes vinha aqui e coordenava as coisas a partir aqui do gabinete no Jornal do Fundão. O jornal esteve sempre a trabalhar e foi sempre impresso e nos primeiros tempos era quase todo dedicado à questão da pandemia.

No contacto com as fontes, isto não foi um processo normal. Fomos todos apanhados de surpresa e depois era uma coisa absolutamente nova. Isto para o jornalismo trouxe vários desafios e quando se trata de coisas novas que põem em risco a saúde pública, não pode haver facilitismo de forma alguma. Estamos a falar de saúde pública, da vida, da segurança das pessoas, portanto, o jornalismo é sempre assim. Mas nesta fase, ainda de uma forma muito mais exigente, se é que isso é possível, só falávamos do Covid-19, nomeadamente, nos casos de infeção, etc., etc. Depois, falávamos com as fontes e só com as fontes que estavam autorizadas e devidamente credenciadas para falar sobre essa questão. No jornalismo, não há achismos e aqui não houve achismo nem fontes oficiosas numa primeira fase, porque estávamos a entrar num universo absolutamente novo e o rigor tinha que ser extremo até para fazer o contrabalanço de muitas coisas que começaram a surgir e que não eram propriamente exatas. Não estou falar dos jornais, mas das coisas que foram surgindo em redes sociais, etc. Muito “ouvi dizer” e nisto o jornalismo teve um papel absolutamente fundamental. Para as pessoas estarem devidamente informadas, precisávamos dar a informação absolutamente correta sobre o que se estava a passar.

2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?

A ética aqui é a palavra fundamental porque ética acompanha a prática jornalística sempre e aqui é preciso ter extremo cuidado porque a saúde pública é a vida das pessoas e a forma de elas se resguardarem para não ficarem doentes e até colocarem a sua vida de alguma forma em risco. A norma ética que nos guia e que nos guiou é essa: termos certeza absoluta das coisas e isso só se consegue através da confirmação das fontes oficiais que estão ligadas ao processo. Por exemplo, a nossa região não foi das primeiras a ter casos de covid registados; ouviu-se várias coisas se haveria pessoas internadas mas sem qualquer confirmação.

Quando se deu a notificação do primeiro caso confirmado no jornal e nos outros órgãos de comunicação aqui da região, lembro-me perfeitamente da onda de impacto que isso motivou nas pessoas porque já não era o burburinho. Foi uma questão de tempo. Mas muito antes dessa confirmação e do caso ser registado, já se falava mas não noticiámos porque não era concreto.

3. De que forma as *fake news* afetaram o vosso trabalho?

Como eu disse, a partir de um certo momento que começamos a lidar com uma coisa que é desconhecida e da qual até temos medo, haverá informação que não é verdadeira. São boatos, o “ouvi dizer”. Portanto, nós o que tivemos de fazer foi abster-nos do “diz que se disse” e do “ouvir dizer” e fazer aquilo que se deve fazer sempre que é confiar nas entidades oficiais que estão a tentar tratar do assunto. E foi, estritamente, essa linha que seguimos nós e os outros profissionais de comunicação. Usávamos as informações oficiais de quem estava a lidar e de quem sabia a cada momento o que realmente se estava a passar no país e o que era obviamente melhor para a comunidade, porque aqueles sacrifícios que todos passamos para o bem da comunidade não serviram para mais nada do que isso. Foi a forma que se encontrou para tentar travar uma epidemia que estava em curso, a nível global.

4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?

O Jornal do Fundão tem uma larga tradição de contenção nesse aspeto e é reconhecido por toda a cidade. Dificilmente se pode apontar, ao longo da sua história, casos de sensacionalismo ou de exploração de sentimentos. No caso do covid, nós naturalmente optamos por outra coisa porque em termos de valor informativo para a linha editorial do jornal não tinha qualquer interesse. Falámos sim com pessoas que recuperaram, nos números, nas medidas de contenção. Demos a informação necessária e importante para a comunidade e ir além disso não pareceu importante.

5. E lembra-se algum momento em que deixou de publicar alguma coisa que se sabia que iria aumentar o alarmismo?

Não me estou a recordar de nada. Também não me lembro de alguma vez termos tido algum desmentido.

6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?

Sim! As pessoas estavam, sobretudo, curiosas e receosas e provavelmente a informação não tinha uma cadência tão grande como elas queriam. Não se liberta informação de forma alguma sem ela estar devidamente confirmada, ainda mais esta. Obviamente que havia pessoas impacientes e com medo e depois, num sistema digital onde vivemos, onde se cruzam informações de todo mundo sendo umas verídicas e outras não, as pessoas ouvem muita coisa, leem muita coisa e há muitas teorias e o jornalismo vai responder de uma forma mais lenta a isso, porque precisa cumprir os requisitos naturais do jornalismo que é só libertar informação devidamente confirmada. Portanto, a impaciência provavelmente estava presente, mas a descrença naquilo que se publicava não.

7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?

Sim, é um bocado difícil porque os mecanismos de uma vacina são muito difíceis de explicar. Nós estamos a falar de ciência. Aliás, essa é uma questão que se põe também noutros campos: como é que se consegue colocar a linguagem científica de uma forma mais acessível? É sempre um dilema que se coloca porque o processo científico é, por definição, complexo. Portanto, explicar como é que as coisas ocorrem de uma forma simples é um processo extremamente complexo. Tivemos esse cuidado e as próprias entidades de saúde tiveram esse cuidado também de tentar passar a informação o mais simples possível, não sendo simplista porque obviamente a vacina não nasceu do dia para a noite, e eu sou daqueles que acreditam na ciência.

E foi a ciência que nos trouxe até aqui. O método científico é um processo complexo e durante o período da pandemia ouviu-se demasiadas coisas em certos momentos e deu-se pouquíssima atenção àquilo que se estava realmente a passar, por exemplo, no campo da ciência. E isso é preciso ter muita a atenção porque podemos duvidar de muita coisa. Mas a ciência tem um método. A Cátia está a fazer uma dissertação de mestrado e está a usar um método científico para chegar a resultados. Portanto, o método científico é feito por etapas, precisamente para garantir a qualidade dos resultados e houve algum ruído. Mas, no fim, nós vimos, pelo processo de vacinação, nomeadamente em Portugal e na

Europa. E as pessoas obviamente acreditam naquilo que sai dos laboratórios, sai da ciência e que é produzido pela ciência.

Várias vezes, falamos com pessoas da área da saúde, tentamos até a apelar para que se simplificasse mais o discurso em relação a alguns aspetos para melhor explicar aos próprios leitores.

8. O que podemos aprender da cobertura de tragédias como estas?

Mudou hábitos no jornalismo, porque trabalhar a partir de casa tornou-se uma rotina aqui mesmo depois da pandemia. Neste momento tenho jornalistas que estão ligados ao sistema central do jornal e trabalham a partir de casa. Isso é uma coisa que antigamente não acontecia. E veio provar que esse método de trabalho à distância é tão eficaz como se estivessem aqui na redação. Também nos demonstrou a capacidade de resiliência que nós temos de nos adaptarmos a realidades que nem sonhávamos, que nos iriam acontecer. Entendemos a extrema importância que o jornalismo tem de proximidade para manter as populações informadas sobre algo que todos desconhecíamos, jornalistas incluídos. E acho que isso foram grandes ensinamentos. O Jornalismo ajudou imenso para as comunidades se sentirem mais seguras e protegidas no meio daquela voragem toda de informação. Foi um porto seguro também para muitas pessoas se informarem e para saber o que fazer em determinados momentos quando havia demasiado ruído à volta delas.

Entrevista com Filipe Sanches, chefe de redação do Jornal do Fundão (junho de 2024)

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?

As funções de chefe de redação do Jornal do Fundão obrigaram-me a estar quase sempre na redação, principalmente nos dias de maior produção para a edição impressa (entre segunda e quarta-feira). Por essa altura a redação esteve com pouca gente presente e sempre com o cumprimento das regras de distanciamento e proteção. A exceção foi a semana em que eu próprio estive infetado com vírus, cumprindo isolamento em habitação, trabalhando à distância.

Naturalmente, privilegiámos contactos com as fontes via telefone ou e-mail, evitando a

todo o custo o contacto pessoal.

2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?

Num cenário completamente novo para a maioria das pessoas, os jornalistas cedo perceberam que o medo podia ser um fator a ser explorado por gente de más intenções e, nesse sentido, a nossa principal preocupação foi verificar ainda mais as informações que nos chegavam e circulavam, procurando informar com o máximo rigor possível, sempre com fontes oficiais e identificadas.

3. De que forma as *fake news* afetaram o trabalho?

Obrigaram-nos a redobrar a atenção e à necessidade de desmascarar alguma da informação falsa que era posta a circular. Naturalmente, isso trouxe mais trabalho aos jornalistas.

4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?

Procurámos relatar situações concretas sem alarmismo, mas sempre com o máximo respeito pelas vítimas ou familiares. Numa altura em que as *fake news* relacionadas com o negacionismo aumentavam de dimensão e regularidade, procurámos obter relatos na primeira pessoa de pessoas que tinham sobrevivido à infeção e que deixavam testemunhos muito importantes, como por exemplo o de um presidente de Junta, jovem e saudável, que esteve em coma muitos dias.

5. Em algum momento deixou de publicar algo que achou que prejudicaria alguém ou, até mesmo, aumentar o alarmismo?

Evitar o alarme social foi sempre uma das nossas preocupações. Ao fim de alguns dias, deixámos de publicar diariamente os números de casos de infeção ou morte, porque a dada altura essa informação tornou-se irrelevante, nada acrescentava ao leitor. Passámos a fazer balanços semanais e depois mensais. Contudo, reportámos algumas situações relacionadas com desorganização nos serviços de saúde ou com o processo de vacinação e, naturalmente, isso pode não ter agradado a algumas pessoas.

6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?

Não só é possível, como deve ser obrigação de um jornalista que queira respeitar a

carteira profissional e o código deontológico e honrar a função tão nobre que lhe foi atribuída: a função de informar.

7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?

Nos primeiros dias sentiu-se um pouco essa dificuldade, mas rapidamente foram encontradas formas mais simples de comunicar. E nesse aspeto as autoridades de saúde agiram bem e consideravelmente depressa.

8. O que podemos aprender da cobertura de tragédias como estas?

A grande lição é que na sociedade atual, sempre que for possível cultivar o sentimento de medo, haverá sempre pessoas mal intencionadas que vão querer aproveitar-se dos mais frágeis, fazendo passar uma mensagem falsa, sem qualquer enquadramento científico. A prova disso é que o fenómeno das *fake news* e das teorias negacionistas ganhou no tempo da pandemia uma dimensão que ainda não tinha até então, continuando ainda hoje a crescer. A conclusão que a opinião pública deveria também tirar é que sem um jornalismo sério, credenciado e feito por profissionais que todos conhecem não será possível construir uma sociedade equilibrada e justa.

Entrevista a Inês Cardoso, jornalista e diretora do Jornal de Notícias (julho de 2024)

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?

Na redação do JN houve sempre pessoas a trabalhar na redação, embora de forma muito reduzida, combinando o trabalho em casa com o trabalho presencial. No meu caso, pelas funções de direção, estive mais tempo na redação do que em teletrabalho. Além deste ambiente, convém recordar que os jornalistas estiveram frequentemente em reportagem, cumprindo a sua função de interesse público num momento de particular responsabilidade.

2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?

Foi o período em que mais sentimos a necessidade de reforçar os mecanismos de

cruzamento de informação e de verificação das fontes. Tudo era tão novo e com tanto impacto que sentíamos o peso acrescido de ser absolutamente rigorosos nas notícias e explicações que dávamos.

3. De que forma as *fake news* afetaram o trabalho?

Curiosamente, não creio que fosse dos períodos com mais interferência de *fake news*. Houve, até à confirmação dos primeiros casos, muita especulação com casos suspeitos, mas à medida que o tempo progrediu havia uma presença tão constante de fontes oficiais e uma consciência coletiva tão profunda dos circuitos de informação, que acabou por ser mais evidente lidar com a informação do que com temas mais acelerados, ou voláteis, ou em epifenómenos com uma escala social diferente.

O mais difícil, a meu ver, foi a seleção de informação, de tal forma era gigantesca a quantidade de dados e assuntos a tratar. Tudo era novo, tudo exigia muita atenção, com nuances que iam do campo sanitário ao campo jurídico, percorrendo todos os setores da sociedade.

4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?

Tendo funções mais de coordenação do de estar no terreno, não me recordo de situações vividas diretamente. Apenas de relatos de colegas que, obviamente, procuraram sempre agir com sensibilidade e respeitar os critérios deontológicos e de bom senso que qualquer jornalista deve ter presente.

5. Em algum momento deixou de publicar algo que achou que prejudicaria alguém ou, até mesmo, aumentar o alarmismo?

Não deixámos de publicar nada que fosse verdadeiro, relevante e de interesse para o público. A questão foi: ser o mais claro possível, dando contexto e desmistificando muitos dos medos que nessa altura todos sentíamos sobre os temas. Foi uma das situações em que, mais do que nunca, se exigia uma vertente pedagógica ao nosso trabalho.

6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?

Sem dúvida e a pandemia é um momento exemplar que o demonstra. Não foi por acaso que atingimos recordes de audiência. Num momento decisivo, precisamente por cumprirmos as regras de verificação da informação, cruzamento, contraditório e reportagem, os portugueses confiaram na comunicação social como fonte rigorosa para

iluminar alguma da incerteza que sentiam.

7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?

Foi sem dúvida uma das dificuldades. Era necessário encontrar o equilíbrio entre o rigor e a simplificação que permitisse que todos os conceitos fossem compreendidos pelo público generalista. Por outro lado, havia naturais divergências entre a própria comunidade científica e procurávamos o constante equilíbrio nas posições transmitidas.

8. O que podemos aprender da cobertura de tragédias como estas?

Acima de tudo, que nenhuma rede social substitui o trabalho jornalístico, com as suas especificidades e regras profissionais. Por outro lado, há um efetivo serviço público que se impõe em momentos de crise coletiva. Disse muitas vezes nesse período que o facto de os jornalistas se manterem em circulação não era um direito, mas um dever.

Entrevista a Júlio Cruz, Diretor do Jornal “Reconquista” de Castelo Branco (Junho de 2024)

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?

Trabalhei sempre na redação, os meus colegas em casa. Alguém tinha de ligar os computadores e ficar atento ao *TeamViewer* durante o dia. Fazíamos conferências pelo Zoom, conversávamos sobre os temas que cada um iria abordar e os paginadores também construía as páginas a partir de casa. A impressão continuou a ser efetuada na zona industrial da cidade e o jornal chegava aos assinantes via CTT.

Ao final da tarde, de segunda a sexta, eu e o colega José Furtado editávamos um noticiário em vídeo que era partilhado no nosso site e redes sociais (*Facebook e YouTube*) para que as pessoas pudessem manter-se informadas diariamente sobre o que se passava nesta região.

2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?

Os mesmos que ainda hoje colocamos em tudo o que fazemos, os que regem a profissão. O jornalismo é jornalismo, independentemente das circunstâncias, do momento e das

plataformas onde se trabalha.

3. De que forma as *fake news* afetaram o trabalho?

As *fake news* não afetaram o nosso trabalho, afetaram e continuam a afetar a forma como as pessoas assimilam a informação. A profusão de idiotas nas redes e até a trabalharem em autodenominados órgãos de comunicação social (com a complacência das entidades que se deveriam preocupar mais com isso em vez de andarem constantemente a fiscalizar e a auditar as empresas sérias) é que contribui para a maior desinformação, desviando a atenção da verdadeira informação para as *verdades* que querem fazer passar para a opinião pública.

4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?

Nunca explorámos a desgraça alheia como notícia. Procurámos sempre avaliar e noticiar a forma como a pandemia estava a afetar o ambiente sócio económico regional, procurando manter as pessoas informadas com rigor.

É óbvio que, dadas as circunstâncias, o setor da saúde abarcou uma maior parte da nossa atenção, mas procurámos sempre fazer um jornalismo de banda larga sem efetuar a exploração bacoca do luto ou dos traumas.

5. Em algum momento deixou de publicar algo que achou que prejudicaria alguém ou, até mesmo, aumentar o alarmismo?

O jornalismo sério não é alarmista. Alarmista pode ser a própria realidade em si, ou aquilo que é fruto das *fake news* e as pessoas são levadas a crer que é real. Exemplo: Mesmo quando não havia ainda nenhuma morte fruto do covid, os idiotas nas redes insultavam quem trabalhava de forma séria dizendo que estávamos a camuflar a realidade e que havia centenas de mortos que os hospitais e os jornais estavam a esconder. Puros devaneios que só interessam a quem se alimenta desse tipo de alarmismo.

Não podendo perder tempo desmentindo idiotas, continuámos a fazer o nosso trabalho, tal como fazemos ainda hoje. Os idiotas continuam por aí a fazer também o seu caminho e a auto denominarem-se jornalistas.

6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?

Claro que sim. É a nossa obrigação.

7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?

Acho que todos já passámos por isso. Temos de tentar explicar tudo de forma o mais acessível que nos seja possível. Nem sempre é fácil, mas temos de nos esforçar. A linguagem técnica é para os técnicos. Os jornalistas não são médicos, nem polícias, nem bombeiros, nem juízes.

Linguagem técnica quanto baste. Mas, repito, não é fácil. Tem de ser um esforço quotidiano e muitas vezes caso a caso.

8. O que podemos aprender da cobertura de tragédias como estas?

Que o jornalismo sério é cada vez mais importante nas sociedades democráticas. Viver em sociedade exige que as pessoas estejam devidamente informadas, com rigor e competência, para que possam pensar pelas suas próprias cabeças. Só assim subsistirá a opinião pública e o mundo tal como o conhecemos, pelo menos em civilizações ditas evoluídas, como cremos acreditar que a nossa ainda seja.

Entrevista a Lídia Cruz, jornalista do jornal “Reconquista” de Castelo Branco e colaboradora do Jornal de Notícias (junho de 2024)

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?

Durante o período de pandemia, em que tivemos de repensar o modelo de funcionamento para que o jornal continuasse a sair, eu fiquei em casa, em teletrabalho.

O contacto com as fontes manteve-se por telefone ou videochamada. Apenas deixamos de ter oportunidade de fazer reportagem no terreno, mas em abono da verdade, também grande parte das fontes estava confinada. Mas nunca deixamos de tratar qualquer tema devido à circunstância de estarmos limitados nas deslocações.

2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?

Esta foi uma experiência nova para todos. Não havia nenhuma situação comparável, por isso tivemos de aprender com a adversidade e ir-nos adaptando às circunstâncias. No que se refere à comunicação, acho que o principal cuidado, em termos éticos, foi o de continuarmos a fazer o nosso trabalho e a levar o essencial da informação a todos, mas tendo sempre presente que esta pandemia estava a matar muita gente e, nesse particular, tivemos de ter muito cuidado na forma como transmitíamos a informação, para não “invadir” a privacidade. A título de exemplo, não se podia omitir o número de mortes, até como forma de reforçar os cuidados preventivos que todos deveríamos adotar, mas não era necessário referir especificamente quem eram essas pessoas (a não ser o género e a idade, para se ter um retrato, mais ou menos fiável, se havia faixas populacionais mais vulneráveis).

3. De que forma as *fake news* afetaram o trabalho?

No meu caso concreto e do meu jornal, acho que conseguimos alguma “imunidade” às *fake news* (quer das notícias falsas, quer da desinformação). Mas, para tal, foi preciso insistirmos sempre com as fontes oficiais para ter acesso à informação real e correta. Claro que fomos sempre “bombardeados” com comentários negacionistas, ou porque alegavam que não havia mortos, porque não acreditavam sequer na existência do Coronavírus, ou então porque as pessoas estavam todas a morrer e nós não dizíamos nada, mas este é o mal da sociedade atual. Nunca houve tanto acesso à informação, e ferramentas para a confirmar, mas também numa houve uma população tão influenciável e que prefere “ir na onda” do que é sensacionalista e não se dar ao trabalho de parar e pensar um minuto, para diferenciar uma informação correta e verificada de um monte de disparates.

4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?

Durante o período de pandemia, nunca lidei diretamente com nenhuma dessas situações, porque, como referi antes, não esmiuçávamos a identidade de cada vítima, precisamente para não adensar a dor das famílias.

5. Em algum momento deixou de publicar algo que achou que prejudicaria alguém ou, até mesmo, aumentar o alarmismo?

Nunca deixamos de publicar as informações verdadeiras, factuais, corretas e confirmadas sempre junto das fontes oficiais. E tudo o que foi publicado, mesmo quando o número de vítimas de Covid-19 aumentava a cada dia, tratamos a informação sempre

no sentido de lhe adicionar alguma “pedagogia”, ou seja, sempre com o intuito de ajudar as pessoas a manterem-se alerta, porque, ao contrário do que teimavam em propagar os movimentos negacionistas, o vírus era real e matava de verdade. Mesmo não tendo explorado essa situação em termos jornalísticos, muitas das vítimas que traduzimos em números, eram pessoas que conhecíamos, vizinhos, amigos, família.

6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?

É difícil, mas é possível escrever sobre temas delicados, como foi este da pandemia, mas também de falarmos de casos de violência contra mulheres, contra crianças ou idosos, sem ser sensacionalista. A solução passa por pegar nesses casos de forma muito séria e seguindo todas as regras éticas, relatando o essencial e, sempre que possível, de modo a fazer alguma pedagogia, sublinhando as consequências, ou dando relevo a medidas preventivas.

7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?

Tentar explicar aos nossos leitores o que se estava a passar, simplificando o discurso científico não foi a maior dificuldade. A maior dificuldade foi mesmo ligar com as fontes que propagavam a desinformação. Não tivemos grandes dificuldades em traduzir o discurso científico, porque as nossas fontes oficiais também tinham a mesma preocupação, a de simplificar a mensagem para que fosse mais eficaz.

8. O que podemos aprender da cobertura de tragédias como estas?

O período inesperado da pandemia, que deixou em suspenso a vida de praticamente todos nós, devia ter-nos dado mais alguma sensibilidade no trato com o outro. Deveria ter-nos ensinado que nada é garantido e que, de repente, um qualquer vírus pode acabar com as nossas vidas. Devia ter-nos deixado mais alerta para as práticas preventivas. E, no que toca à cobertura noticiosa, fazer parar e repensar modelos de comunicação. Não pode valer tudo para ser o primeiro a dar a notícia, pois é preferível ser o mais credível, mesmo que os factos e a informação confirmada não seja “espetacular” e “sensacionalista”. Devia ter-nos ensinado que se mantivermos a nossa ética, deontologia, a verificação dos factos e relatar apenas a verdade, ganharemos também maior credibilidade. Infelizmente, como diz Hegel, “a história ensina que os governos e as pessoas nunca aprendem com a história”. E temo que tenha razão.

Entrevista a Inês Shreck, jornalista especialista em saúde do Jornal de Notícias (agosto de 2024)

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?

Trabalhei a maior parte do tempo a partir de casa, deslocando-me apenas quando tinha reportagens, o que na fase inicial aconteceu poucas vezes. Os contactos com as fontes foram essencialmente por telefone o que, aliás já vinha sendo uma prática devido à falta de recursos das redações. Na primeira fase, o maior desafio foi conseguir respostas oficiais, junto da DGS, do Ministério da Saúde e outras instituições, para as múltiplas questões que iam surgindo.

2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?

Os cuidados éticos estão presentes todos os dias, com ou sem pandemia, mas posso dizer que nessa altura tive maior preocupação com as informações falsas e com notícias que pudessem causar alarme desnecessário.

3. De que forma as *fake news* afetaram o trabalho?

Afetaram muito o trabalho jornalístico. Houve dias em que passei a maior parte do tempo a tentar confirmar informação que estava nas redes sociais, que depois se verificava não ser verdadeira. Nesse sentido, as *fake news* causaram desgaste nos jornalistas, nos profissionais de saúde e nas instituições, todos perderam muito tempo a desmentir informação falsa.

4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?

Não tive contacto com fontes enlutadas. Mas fiz uma reportagem no Hospital de S. João com doentes internados que estavam impedidos de receber visitas que me marcou. Ver a solidão dos doentes, o desespero das famílias com aquela nova realidade à distância, foi pesado.

5. Em algum momento deixou de publicar algo que achou que prejudicaria alguém ou, até mesmo, aumentar o alarmismo?

Não me recordo de nenhum caso.

6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?

Claro que sim.

7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?

Não, porque por um lado, trabalho há muitos anos na área da Saúde - e isso foi muito útil ao longo desses meses porque sempre que surgia um tema sabia imediatamente quem contactar- mas sobretudo porque muitos dos interlocutores desta área são pessoas com experiência em comunicação, alguns dos quais professores em faculdades, habituados a explicar e a responder às perguntas. Salvo algumas exceções – por exemplo, os textos em que abordávamos as linhagens do SARS-Covid e a capacidade de mutação do vírus, não senti especiais dificuldades. Mantenho sempre a velha máxima: “se eu não perceber, ninguém vai perceber, por isso explique lá outra vez por favor”.

Entrevista a Sofia Craveiro, jornalista do “Gerador” (agosto de 2024)

1. Em que contexto trabalhou? Na redação ou em casa? Quais os maiores desafios no contacto com as fontes?

No início da pandemia trabalhei em casa, mas depois acabei por ficar sem trabalho. O contato com as fontes era feito por telefone ou e-mail, até porque não havia eventos presenciais.

2. Quais os cuidados éticos que mais o/a preocuparam no período em causa?

Naquela altura a maior preocupação seria a falta de cobertura de questões sociais que poderiam estar a acontecer nas ruas, mas como trabalhava em casa não tinha conhecimento.

3. De que forma as *fake news* afetaram o trabalho?

As fake news não afetaram o trabalho propriamente dito, mas sim os assuntos. Um exemplo foi o açambarcamento de produtos nos supermercados, pelo facto de as pessoas

acreditarem que podiam esgotar. Nessa altura foi necessário falar com responsáveis dos supermercados para escrever uma peça onde era explicado que nada disso iria acontecer.

4. Como lidou com as fontes enlutadas ou traumatizadas? Alguma situação que possa partilhar?

Não tive contacto direto com nenhuma, até ter ficado sem trabalho.

5. Em algum momento deixou de publicar algo que achou que prejudicaria alguém ou, até mesmo, aumentar o alarmismo?

Não.

6. É possível escrever sobre temas delicados sem apelar ao sensacionalismo?

Sim. O importante é explicar e fundamentar devidamente a informação e também ser cuidadoso com a forma como a mesma se apresenta. A escolha do título, por exemplo, é um dos aspetos a ter em conta.

7. Sentiu dificuldade na tradução do discurso científico para o público?

Não, pois não fiz nenhum trabalho que fosse muito técnico.

8. O que podemos aprender da cobertura de tragédias como estas?

Antes de querer disseminar informação não verificada, só para ser mais rápido a dar as notícias.

Anexos

ANEXO 1

Nota do Conselho Deontológico sobre a cobertura jornalística da pandemia de coronavírus

14 DE MARÇO, 2020

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (CDSJ) apela aos jornalistas que não descurem os deveres e obrigações de respeito integral pelos princípios da deontologia da profissão ao cumprirem o seu dever de informar a sociedade sobre a situação e a evolução da pandemia de coronavírus em Portugal e no mundo.

O CDSJ apela também aos jornalistas que se empenhem neste momento crítico do país em servirem a comunidade, cumprindo o seu dever de informar de forma rigorosa a população e de transmitirem as medidas de estado de emergência aprovadas pelo Governo.

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas condena interpretações e noticiário alarmista da situação da pandemia, de modo a cumprir o dever de bem informar, sem criar um clima de pânico público.

O CDSJ apela ainda aos jornalistas que não caiam em práticas levianas que prejudicam a comunidade, ao efetuarem a cobertura jornalística da pandemia de coronavírus.

O CDSJ apela aos jornalistas que ponderem com muito cuidado a relação de custo – benefício de opções editoriais que possam pôr em causa o bem maior em nome do interesse público. Por exemplo, a utilização da Linha Saúde 24 para fins de reportagem, porque esse ato contribui para sobrecarregar as linhas telefónicas, numa utilização daquele meio de urgência destinado aos pessoas que estão em situação de fragilidade psicológica e suspeitas de estarem infectadas.

O CDSJ apela aos jornalistas que respeitem a privacidade de todas as pessoas

.

O CDSJ apela ainda aos jornalistas de imagem (fotojornalistas e vídeojornalistas) que não recolham imagens em que seja exposta a identidade de doentes ou de pessoas que

suspeitam estar infetadas.

Em resumo: o CDSJ apela aos jornalistas que não vacilem na sua função de informar a sociedade, mas que, ao mesmo tempo, não vacilem também no desempenho profissional consciente e rigoroso, em obediência ao Código Deontológico.

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas não quer deixar de saudar os jornalistas que têm feito um trabalho rigoroso e consciente, cumprindo o seu dever social de informar, mesmo expondo-se, muitas vezes, a situações de risco.

ANEXO 2

Carta aberta aos diretores de informação sobre critérios editoriais na cobertura jornalística da pandemia da Covid-19

13 DE ABRIL, 2020

Carta aberta aos diretores de informação sobre critérios editoriais na cobertura jornalística da pandemia da covid-19

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (CDSJ) apela aos diretores de informação, como responsáveis máximos pelas escolhas editoriais e conteúdos jornalísticos divulgados pelos órgãos de comunicação social, que tenham em conta a necessidade de as suas redacções obedecerem a um estrito respeito pelas regras deontológicas, quer no acompanhamento e tratamento jornalísticos da pandemia da Covid-19 quer em todos os assuntos noticiados.

Portugal vive um momento único, em que o papel e a responsabilidade social do jornalismo são vitais. Mas, até pela peculiaridade do período que o país atravessa, a missão de informar e de escrutínio que compete ao jornalismo tem de ser desempenhada com um atento cuidado no respeito das regras deontológicas dos jornalistas.

O CDSJ recorda que emitiu a 14 de Março uma nota sobre a cobertura jornalística da pandemia de coronavírus ([consultar aqui](#)). E apela a que o respeito pela deontologia profissional bem como o respeito pela dignidade humana estejam sempre presentes no desempenho da profissão.

O CDSJ saúda todos os jornalistas, bem como todas as outras profissões de quem depende manter em funcionamento os órgãos de comunicação social neste período de confinamento e de distanciamento social. E destaca a forma ímpar, em muitos casos expondo-se a situações de risco, como os jornalistas têm feito um trabalho rigoroso e consciente, cumprindo o seu dever social de informar.